

FAST START FINANCE

Um Compromisso Internacional para combate às
Alterações Climáticas

Andreia Filipa Antunes Varanda

**Relatório de Estágio do Mestrado em Ciência Política e
Relações Internacionais na área de especialização em
Globalização e Ambiente**

Departamento de Estudos Políticos

MARÇO, 2012



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais na área de especialização em Globalização e Ambiente, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Catarina Mentes Leal, do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientadores, Professora Doutora Catarina Mendes Leal e Engenheiro Eduardo Santos, pela disponibilidade demonstrada, pela simpatia e pelo incentivo que me deram durante o estágio e a realização do relatório de estágio. Os meus sinceros agradecimentos a ambos.

Agradeço à Engenheira Maria do Carmo Fernandes do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), pelos esclarecimentos dados durante o período de estágio que se vieram a revelar bastante úteis para a organização do presente relatório de estágio.

Agradeço também a disponibilidade dos peritos, nacionais e internacionais, na área do *Fast Start Finance*, pelas respostas dadas ao meu inquérito SWOT, sem as quais não me seria possível tirar conclusões de forma tão sustentada e enriquecedora.

Agradeço aos meus pais, por me proporcionarem a continuação dos estudos até ao nível do mestrado e pelo seu suporte, a todos os níveis, na realização do estágio e do presente relatório de estágio.

Por último, agradeço ao Renato Henriques pela sua companhia na realização do relatório, pelo incentivo dado e pela ajuda prestada sempre que foi necessário.

Resumo Executivo

“Fast Start Finance”

Um Compromisso Internacional para o combate às Alterações Climáticas

Andreia Filipa Antunes Varanda

Palavras-Chave: Alterações Climáticas; Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; *Fast Start Finance*; Governação Global; Perspetivas Futuras.

O Acordo de Copenhaga é considerado um dos mais significativos compromissos políticos em matéria de alterações climáticas. O *Fast Start Finance* surgiu deste Acordo, ao ser assumida a necessidade e a urgência de fazer face às alterações climáticas através da implementação de medidas de adaptação e de mitigação nos países mais vulneráveis, em particular nas pequenas ilhas dos países em desenvolvimento e nos países do continente Africano.

O presente relatório de estágio tem como objetivo analisar a evolução do *Fast Start Finance*, desde a sua criação, na Cimeira de Copenhaga (2009), até à Cimeira de Cancún (2010) e, através de quatro países distintos, verificar de que forma tem evoluído e está a ser implementado e cumprido. Este relatório está dividido em quatro capítulos.

No 1º capítulo é feita uma breve introdução a quatro temas fundamentais para o desenvolvimento do presente relatório: alterações climáticas; governação aos níveis global, regional e local; cooperação internacional para o desenvolvimento; e crise económica global. O seguinte debruça-se sobre o tema central do relatório de estágio, é feita uma abordagem ao acordo *Fast Start Finance* quanto ao seu conteúdo, ao seu financiamento e, por último, às perspetivas de financiamento futuro. No capítulo III apresenta-se uma análise comparativa sobre as dimensões do financiamento *Fast Start* em 4 países distintos: Reino Unido, Suécia, Portugal, Japão. O objetivo deste capítulo é analisar o financiamento, quanto à sua origem, às fontes de financiamento, aos canais de execução e instrumentos utilizados, aos tipos de ajuda dada e aos tipos de países recetores da ajuda. Por último, é apresentada uma análise SWOT. Perante a crise económica global com que nos deparamos nos dias de hoje é difícil fazer uma previsão do futuro, embora possamos pôr a questão: que futuro para o financiamento climático? A finalidade deste capítulo será então analisar as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças do *Fast Start Finance* ao futuro do financiamento climático.

Abstract

“Fast Start Finance”

An International Commitment to combat Climate Change

Andreia Filipa Antunes Varanda

Keywords: Climate Change; International Cooperation for Development; Fast Start Finance; Global Government; Future Perspectives.

In the climate change matter, one of the most meaningful political commitments is the Copenhagen Summit. Assuming the need and urgency of dealing with climate changes through the implementation of adaptation and mitigation measures in the most vulnerable countries, in particular, in the small islands of developing countries and in the African countries, it has born, from the agreement, the Fast Start Finance.

The main objective of the present internship report is to analyze the evolution of the Fast Start Finance, since its creation at the Copenhagen Summit (2009), until the Cancún Agreement (2010), verifying its evolution, implementation and accomplishment in four different countries. The report is divided in four chapters:

The first chapter it's made of a brief introduction to the four main topics used in the development of the present report: climate changes; government at global, regional and local levels; international cooperation on the development; and global economic crisis. The next chapter talks about the main topic of the report, the Fast Start Finance agreement, its contents, funding, and future funding perspectives. The third chapter, in a comparative analysis shows the dimension of the Fast Start funding in four different countries: United Kingdom, Sweden, Portugal and Japan. Analyzing the funding in its origin, funding resources and financing flows, is the objective in this third chapter, including what kind of help should be provided and the type of countries that will receive that help. In the last chapter is presented the SWOT analysis. Analyzing the strengths, weaknesses, opportunities, and threats, the goal is to predict what future holds for climate financing.

Índice

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO EXECUTIVO	II
ÍNDICE.....	IV
ACRÓNIMOS	VI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E O DESENVOLVIMENTO GLOBAL: DOIS DESAFIOS - VÁRIAS RESPOSTAS	5
1.1. O DESAFIO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	5
1.2. GOVERNAÇÃO GLOBAL – REGIONAL – NACIONAL.....	12
1.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	15
1.3.1. <i>As Alterações Climáticas e a Cooperação para o Desenvolvimento</i>	23
1.4. A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA GLOBAL: UM ENTRAVE À COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO OU UMA OPORTUNIDADE DE INOVAÇÃO?	25
CAPÍTULO II: <i>FAST START FINANCE</i> - COOPERAÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	30
2.1. COMPROMISSO <i>FAST START FINANCE</i> : A IMPLEMENTAÇÃO IMEDIATA DE MEDIDAS DE COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	30
2.1.1. <i>O Financiamento Fast Start “Novo e Adicional”</i>	34
2.1.2. <i>Os Marcadores do Rio da OCDE</i>	38
2.2. FINANCIAMENTO <i>FAST START</i>	41
2.2.1. <i>Dimensões do Financiamento Fast Start</i>	42
2.3. UMA PERSPETIVA FUTURA: O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NECESSÁRIO NO PÓS-2012	45
CAPÍTULO III: QUATRO CASOS DE ESTUDO: DIMENSÕES DO FINANCIAMENTO <i>FAST START</i>	46
3.1. REINO UNIDO	46
3.2. SUÉCIA.....	49
3.3. PORTUGAL.....	51
3.4. JAPÃO.....	52
CAPÍTULO IV: ANÁLISE SWOT – O FUTURO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO	56
4.1. ANÁLISE SWOT	56
4.2. REFLEXÃO SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

ANEXOS	I
ANEXO A: DESPACHO <i>FAST START FINANCE</i> PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA.....	II
ANEXO B: “GLOBAL RISKS 2011”	VIII
ANEXO C: “RISKS INTERCONNECTION MAP”	X
ANEXO D: RISCOS AMBIENTAIS 2012	XII
ANEXO E: MODELO DE ANÁLISE DE PROJETOS <i>FAST START</i>	XIV
APÊNDICES.....	XIX
APÊNDICE A: QUADRO DE OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DO MILÉNIO (ODM)	XX
APÊNDICE B: LISTA DO CAD – TIPO DE PAÍSES RECETORES DOS FLUXOS APD (2011 - 2013)	XXIV
APÊNDICE C: INQUÉRITO SWOT – O FUTURO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO	XXVIII

Acrónimos

AND – Autoridade Nacional Designada

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CAC – Comissão para as Alterações Climáticas

CAD – Comité de Assistência ao Desenvolvimento

CECAC – Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas

CIS – *Center for Comparative and International Studies*

COP – *Conference of the Parties*

DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia

ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

FPC – Fundo Português de Carbono

GEE's – Gases com Efeito de Estufa

GEF – *Global Environment Facility*

INA – Instituto Nacional de Administração, I.P.

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*

MRV – Monitorização, Reporte e Verificação do Financiamento

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OFO – Outros Fluxos Oficiais

ONG's – Organizações Não-Governamentais

ONGD – Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PMA – Países Menos Avançados

PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas

REDD⁺ – Redução de Emissões por Desflorestação e Degradação Florestal

RNB – Rendimento Nacional Bruto

SEA – Secretário de Estado do Ambiente

SENEC – Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

UNCBD – *United Nations Convention on Biological Diversity* (Convenção das Nações Unidas para a Diversidade Biológica)

UNCCD – *United Nations Convention to Combat Desertification* (Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação)

UNEP – *United Nations Environment Programme*

UNFCCC – *United Nations Framework Convention on Climate Change* (CQNUAC – Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas)

Introdução

Após a implementação do Protocolo de Quioto (1997), em que se definiram regras de implementação em matéria de alterações climáticas, o Acordo de Copenhaga (2009) representa o maior compromisso político neste âmbito, identificando as alterações climáticas como o maior desafio da atualidade e reconhecendo a necessidade de limitar o aumento da temperatura global a um máximo de 2°C, através da redução das emissões de gases com efeito de estufa.

O *Fast Start Finance* surgiu da Cimeira de Copenhaga, realizada em Copenhague (Dinamarca). Este compromisso negociado ao mais alto nível pelos responsáveis das principais economias do Mundo surgiu como um impulso ao financiamento climático dada a necessidade e urgência de implementação de medidas imediatas de adaptação e de mitigação nos países em desenvolvimento que são mais vulneráveis aos impactos ambientais, em particular, nas ilhas pertencentes a países em desenvolvimento, nos países do continente Africano e nos países menos desenvolvidos.

O *Fast Start Finance* traduz-se num pacote de financiamento, por parte dos países desenvolvidos, no valor de aproximadamente 30 mil milhões de dólares para o período 2010-2012. O financiamento deve ser proveniente de recursos financeiros novos e adicionais, previsíveis e adequados, oriundos de fontes públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, incluindo fontes de financiamento alternativas. As áreas a financiar, através da delineação de objetivos, critérios e áreas prioritárias próprios de cada país, são o reforço das ações de mitigação e de adaptação que incluem medidas de REDD⁺, de transferência de tecnologia e de capacitação institucional.

O pacote de financiamento a disponibilizar pela União Europeia para o período 2010-2012 ascende os 7,2 mil milhões de euros e, Portugal assume a sua contribuição de cerca de 36 milhões de euros nos respetivos três anos.

Na sequência da Cimeira de Copenhaga, e, pelo crescente interesse da temática do Ambiente para a cooperação portuguesa, no Diário da República, 2ª série – N° 197 de 11 de Outubro de 2010 sob o Despacho n° 15296/2010 (ver anexo A), foi criado um grupo de trabalho interministerial designado por “GT-Fast Start” para coordenação do dossier. Este grupo é composto pelo SENEK e pelo SEA e a coordenação técnica deste grupo de trabalho é feita por três organismos diretamente envolvidos na estruturação deste processo, nomeadamente o CECAC, o IPAD e a DGEG.

Este relatório é o resultado do estágio que realizei no âmbito do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização em Globalização e Ambiente. O estágio teve lugar no CECAC, com a duração de sensivelmente 6 meses, tendo tido início dia 22 de Setembro de 2010 e terminado dia 21 de Março de 2011.

O CECAC surgiu em Maio de 2006, após uma reorganização da CAC¹. Esta mudança surgiu da necessidade de criar um comité que incorporasse as funções da Autoridade Nacional Designada para os Mecanismos de Mercado do Protocolo de Quioto (AND)² e, para gerir o Fundo Português de Carbono (FPC).

O CECAC funciona na dependência da CAC e é composto por representantes (Sub-Diretor ou Diretor - Geral) de sete Ministérios, nomeadamente:

- Ex-Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT) (atualmente designado por Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território);
- Ex-Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP) (atualmente é designado por Ministério das Finanças);
- Ex-Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (MEID) (atualmente designado por Ministério da Economia e do Emprego);
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE);
- Ex-Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) (extinto);
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) (atualmente designado por Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território);
- Ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) (atualmente designado por Ministério da Educação e da Ciência).

Com reuniões periódicas mensais entre representantes, o CECAC tem funcionado como principal fórum de análise da Administração Pública Central em matéria de alterações climáticas. Com uma atividade que assenta na cooperação inter-

¹ CAC – Foi criada em 1998 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/98 de 29 Junho. De carácter interministerial, a CAC tem como principais funções elaborar a estratégia nacional para as alterações climáticas e acompanhar a tomada de decisões e execução de medidas e políticas, tanto ao nível nacional como internacional.

² AND – Autoridade Nacional designada para os Mecanismos do Protocolo de Quioto.

serviços da Administração Pública, o CECAC tem um portfólio de atividades bastante significativo. Desde 2006, os principais objetivos do CECAC são: operacionalizar o planeamento, monitorizar e coordenar interministerialmente as políticas públicas em matéria de clima; exercer as funções de gestor técnico do FPC; e, exercer as funções de AND para os Mecanismos de mercado do Protocolo de Quioto. De entre as principais atividades do CECAC, destacam-se as análises e propostas de investimentos relativos ao FPC; o acompanhamento na implementação ao nível sectorial do PNAC; a coordenação dos trabalhos na elaboração da ENAAC; a coordenação da participação nacional nos principais fóruns internacionais e comunitários em matéria de clima; e, desde 2010, a avaliação de projetos, programas e atividades e os respetivos financiamentos no âmbito do *Fast Start*.

Durante o estágio no CECAC, a minha participação baseou-se na avaliação de projetos e propostas *Fast Start*. Participei em reuniões do GT-*Fast Start* no CECAC e no IPAD e, elaborei as atas de duas dessas mesmas reuniões. As minhas atividades basearam-se na análise e no preenchimento de Fichas de Análise de Projetos *Fast Start* para financiamento. Por convite do IPAD participei num *Workshop* realizado no INA que tinha como tema central: “A Integração das Alterações Climáticas na Cooperação para o Desenvolvimento”. Por fim, baseado em informação disponibilizada pelo CECAC, elaborei a fase zero do Relatório *Fast Start* de Portugal 2010.

Face ao exposto, o presente relatório de estágio tem como finalidades mostrar de que forma o *Fast Start Finance* tem evoluído em quatro países distintos: Reino Unido, Suécia, Portugal e Japão e, através de uma análise SWOT obter um diagnóstico qualitativo sobre a sustentabilidade futura do financiamento climático, tendo em conta o *Fast Start Finance*. Dada a inexistência de um acordo comum sobre o que é o financiamento *Fast Start* e perante o objetivo acordado para 2012 na Cimeira de Copenhaga, cada país define os seus critérios, áreas prioritárias, fontes, canais de execução e instrumentos de financiamento, tipos de ajuda e os países recetores com os quais pretende desenvolver parcerias. A escolha destes quatro países deve-se essencialmente às diferenças entre eles existentes. Do meu ponto de vista, não seria vantajoso para este relatório de estágio abordar um só país, devido à inexistência de um só modelo de aplicação que devesse ser seguido pelos países doadores.

A recolha de informação é feita a partir fontes secundárias escritas. Para elaboração deste relatório recorro a bibliografia específica, a páginas on-line e a vários relatórios recentes, nomeadamente, *“Global Governance 2025: At a critical juncture”* do *Institute for Security Studies* (U.E.) em conjunto com o *National Intelligence Council* (E.U.A.), 2010; *“Development Co-operation Report 2010”* da OCDE; *“World Development Report 2010: Development and Climate Change”* do Banco Mundial; *“IPCC Fourth Assessment Report: Climate Change 2007”* do IPCC; *“Global Risks 2011, Sixth Edition”* e *“Global Risks 2012, Seventh Edition”* do World Economic Forum; *“GEO4: Environment for Development”* da UNEP, 2007; *“The Millennium Development Goals Report 2011”* das Nações Unidas, entre outros.

Capítulo I: As Alterações Climáticas e o Desenvolvimento Global: Dois Desafios - Várias Respostas

1.1. O Desafio das Alterações Climáticas

Na história do clima³ existem frequentes variações climáticas, na maioria dão-se em períodos de centenas, milhares ou milhões de anos e todas elas têm causas naturais como pequenas alterações da órbita em torno do Sol e da posição do eixo de rotação do planeta Terra.⁴

Desde finais do século XIX, que coincide com a época pré-industrial, até 2004, as emissões de GEE aumentaram 70%. Os estudos realizados pelos grupos de trabalho do IPCC, que constam no seu 4º Relatório, confirmam que grande parte das consequências do aquecimento global é atribuível a atividades humanas. Estes estudos têm por base dados de 1970 e justificam-se com as práticas desenvolvidas pelo homem: a queima de combustíveis fósseis para produzir energia, assegurar os transportes e desenvolver indústrias, a utilização de produtos químicos na agricultura e a desflorestação e degradação ambiental.

Com base na história climática, desde o início do século XX a temperatura média global da superfície da Terra tem aumentado de forma “anormal”, devido ao rápido alcance de valores bastante superiores aos habituais. De 1910 a 1945 e a partir de 1976, o aumento da temperatura média global foi de 0,15°C por década e atualmente é de 0,17°C.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) define as alterações climáticas da seguinte forma: são “*alterações no clima pelas quais a atividade humana é direta ou indiretamente responsável. É a alteração da*

³ O clima é definido estatisticamente pela média e pela variabilidade das variáveis meteorológicas que caracterizam o estado da atmosfera em certa região, durante um período de tempo de no mínimo meses e no máximo milhares ou milhões de anos.

⁴F. D. Santos, Problemática das Alterações Climáticas no Início do Século XXI, em: Santos, F. D. e Miranda P. (ed), Alterações Climáticas em Portugal: Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projecto SIAM II, Gradiva: Lisboa, 2006, página 21.

composição da atmosfera mundial de responsabilidade humana, somada à variabilidade climática natural, observada ao longo de períodos comparáveis”⁵.

No século XXI, as alterações climáticas são dos desafios mais complexos que o planeta enfrenta. São notórias, inquestionáveis e uma das principais preocupações mundiais. Segundo o relatório GEO4⁶, encontramos hoje diante de problemas ambientais graves que põem em perigo a saúde humana, a segurança física, as necessidades materiais e a coesão social. Enquanto o planeta aquece, os padrões pluviiais alteram, os eventos extremos como as secas, as inundações e os incêndios florestais tornam-se cada vez mais frequentes, as áreas costeiras e as ilhas são afetadas pela subida do nível do mar, e os países pobres dos continentes Africanos e Asiáticos enfrentam a falta de colheitas, a redução da produtividade agrícola, o aumento da fome, da desnutrição e da propagação das doenças.⁷

No relatório *Global Risks 2011*⁸, os riscos ambientais encontram-se no topo de todas as categorias abordadas (riscos ambientais, económicos, geopolíticos, sociais e tecnológicos), pois têm um impacto extremamente elevado, bem como uma alta probabilidade de ocorrer num futuro próximo. Existe grande probabilidade e um elevado impacto das alterações climáticas influenciarem a perda de biodiversidade, o aumento de inundações, de tempestades e ciclones, a poluição do ar, a segurança alimentar e a existência de água potável (ver anexo B). Tendo em conta este relatório, a segurança alimentar e a água potável serão os riscos que poderão afetar mais as populações, estimando-se que a sua falta seja cada vez mais acentuada, especialmente nos continentes Africano e Asiático (ver anexo C).

⁵ United Nations Framework Convention on Climate Change, Artigo 1: Definições, Parágrafo 2, disponível em http://unfccc.int/essential_background/convention/background/items/2536.php

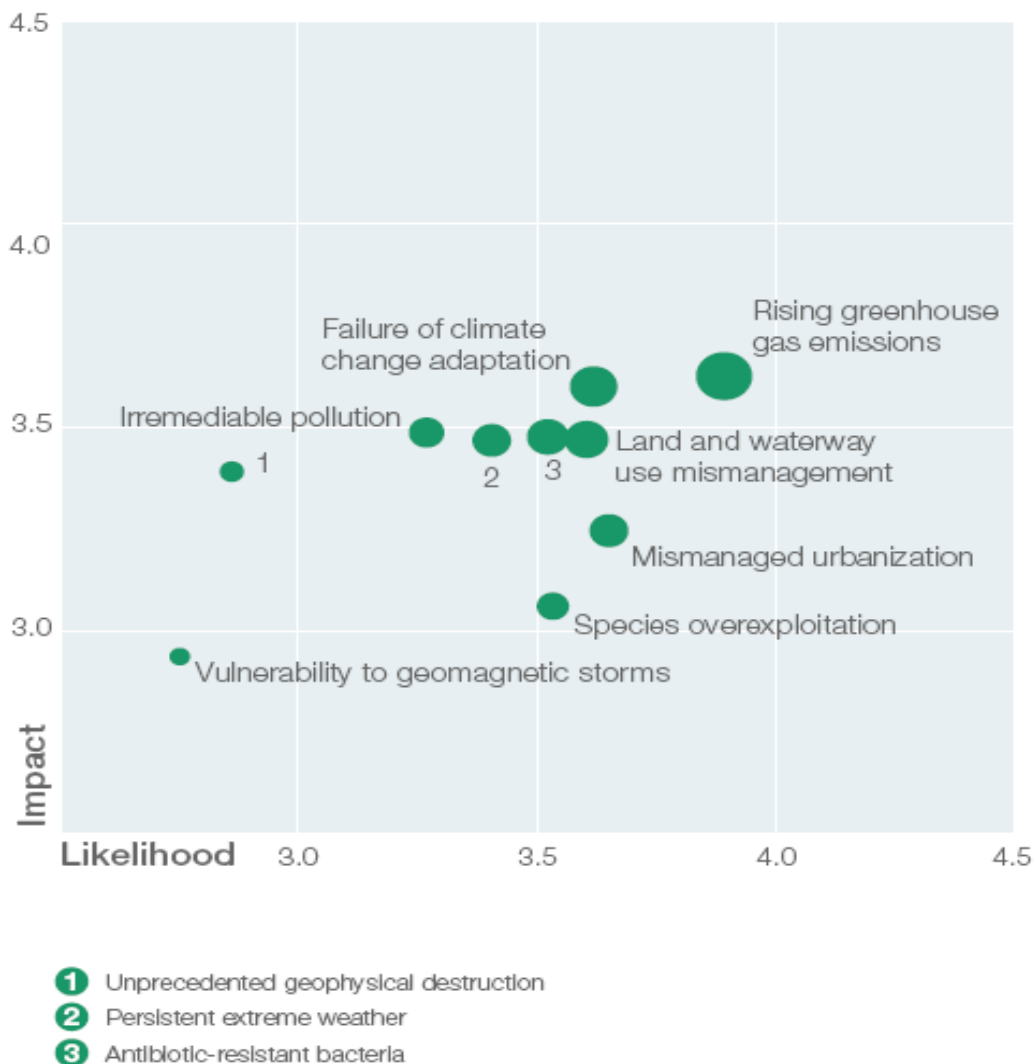
⁶ UNEP (United Nation Environment Programme) (2007), “*Global Environment Outlook GEO4: Environment for Development*”, [recurso on-line] disponível em: http://www.unep.org/geo/GEO4/report/GEO-4_Report_Full_en.pdf, página 6.

⁷ World Bank (2010), “*World Development Report 2010: Development and Climate Change*”, [recurso on-line] disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2010/Resources/5287678-1226014527953/WDR10-Full-Text.pdf>, página 3-6.

⁸ World Economic Forum (2011), “*Global Risks 2011, Sixth Edition – An Initiative of the Risk Response Network*”, [recurso on-line] disponível em: <http://riskreport.weforum.org/>, página 28-33.

No relatório *Global Risks 2012*⁹ os riscos ambientais passam para segundo lugar, detendo o primeiro lugar os riscos económicos. A figura seguinte faz uma relação dos riscos ambientais, numa escala de 0 a 4,5, quanto ao impacto e á probabilidade de cada um deles ocorrer.

Figura 1: **Riscos Ambientais**



Fonte: World Economic Forum (2012), “*Global Risks 2012, Seventh Edition – An Initiative of the Risk Response Network*”, [recurso on-line] disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2012.pdf, página 38.

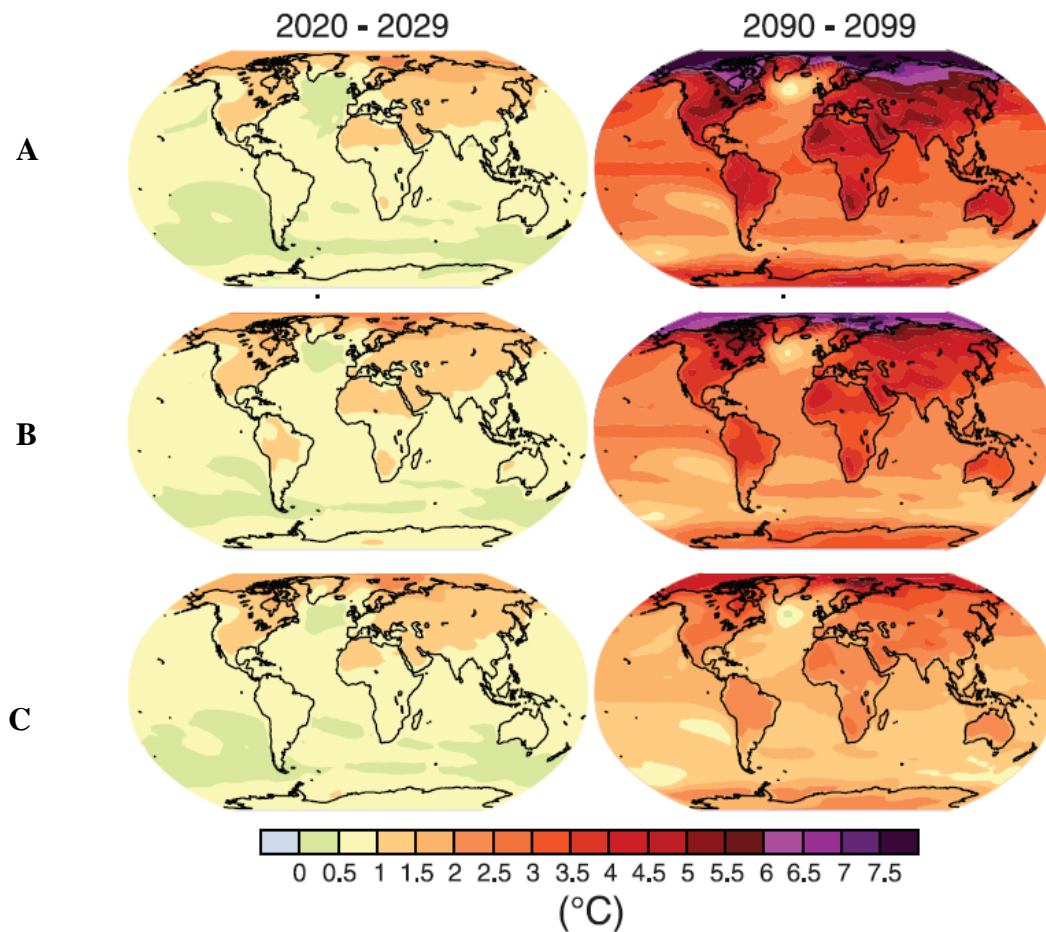
⁹ World Economic Forum (2012), “*Global Risks 2012, Seventh Edition – An Initiative of the Risk Response Network*”, [recurso on-line] disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2012.pdf, página 38.

Para o ano de 2012, os dois riscos ambientais com maior probabilidade de ocorrerem são o aumento das emissões de GEE's e o fracasso da adaptação às alterações climáticas que têm como principais consequências a regulação e a instabilidade dos preços da energia e da agricultura. Estes dois riscos influenciam vários riscos tanto da categoria ambiental como da económica, social e geopolítica (ver anexo D).

Os países desenvolvidos sentem a responsabilidade dos erros cometidos ao longo da sua expansão económica e os países em desenvolvimento lutam contra a pobreza impulsionando o desenvolvimento económico ao mesmo tempo que suportam o peso das alterações climáticas. Os países e as populações mais pobres sofrerão cada vez mais com as consequências das alterações climáticas devido à grande dependência de sectores sensíveis ao clima, como é o caso da agricultura e das pescas. São também países que evidenciam grandes níveis de pobreza, baixa taxa de alfabetização e limitadas capacidades humanas, institucionais, económicas, técnicas e financeiras.

O 4º Relatório do IPCC de 2007 alerta, com grande probabilidade, para um aquecimento global de aproximadamente 0,2°C por década. Neste relatório são feitas 3 projeções para o aquecimento da superfície terrestre no início (2020-2029) e no fim (2090-2099) do século XXI:

Figura 2: Projeções do Aquecimento da Superfície Terrestre



Fonte: IPCC, 4º Relatório: “Climate Change 2007: Synthesis Report”: “21st century regional changes”, disponível em http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr.pdf, página 46.

A figura 2 apresenta três projeções do aquecimento da superfície terrestre para o início (2020-2029) e para o fim (2090-2099) do século XXI, com base nas temperaturas de referência do período 1980-1999 e em intervalos estimativos das futuras emissões de GEE's. Os três cenários possíveis são as figuras A (em cima), as figuras B (no centro) e as figuras C (em baixo). As figuras A revelam o pior cenário possível para o fim do século XXI, ao sugerirem um aumento das emissões dos GEE's para a atmosfera e consequentemente um aquecimento da superfície terrestre para o fim do século XXI entre os 3,5 e os 7,5° C. As figuras B revelam um cenário moderado e o mais provável de ocorrer se as emissões de GEE's se mantiverem aos níveis do ano 2000, e não forem rapidamente adotadas medidas de adaptação e de mitigação. Para o fim do século XXI este cenário sugere um aquecimento da superfície terrestre entre 2 e 6° C. Por fim, as

figuras C revelam o cenário ideal. Este cenário pressupõe uma diminuição das emissões de GEE's para a atmosfera e uma implementação exaustiva de medidas de adaptação e de mitigação nos vários países do mundo. Para o fim do século XXI, este cenário projeta um aquecimento da superfície terrestre entre 1,5 e 3° C.

Tendo como base de análise a projeção B, as alterações na temperatura terrestre para o fim do século XXI (2090-2099) terão fortes impactos ambientais, nomeadamente¹⁰:

- Nos ecossistemas:

- Terrestres: nas tundras, nas florestas boreais, nas regiões montanhosas, nas regiões sob influência do clima mediterrâneo e nas florestas tropicais, que sofrerão com o aquecimento e com a diminuição da precipitação.

- Costeiros: nos pântanos devido a vários fatores externos.

- Marinhos: nos recifes de coral e no bioma do gelo do mar devido às suas sensibilidades ao calor.

- Nos recursos hídricos: nas regiões secas, áridas, semi-áridas e nos trópicos secos devido às alterações de pluviosidade e de evapotranspiração.

- Na agricultura: principalmente em áreas áridas e semi-áridas devido à menor disponibilidade de água.

- Nas zonas costeiras: devido ao aumento do nível do mar e ao aumento da ocorrência e da intensidade de fenómenos meteorológicos e extremos.

- Na saúde humana: principalmente nos países com menor capacidade de adaptação às alterações climáticas.

Todas as regiões sofrerão alterações, embora de formas diferentes, dependendo da rapidez das alterações no clima, das emissões de GEE, do tipo de desenvolvimento e da capacidade de implementação de medidas de mitigação e adaptação em cada região. As 4 regiões mais vulneráveis aos impactos do clima são:

¹⁰ IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (2007), "*Climate Change 2007: Synthesis Report*", *Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, [recurso on-line] disponível em: http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr.pdf, página 48-54.

- A Região Ártica: devido ao rápido aquecimento do planeta que afetará os sistemas naturais e as comunidades desta região.
- O Continente Africano: devido aos problemas decorrentes do aumento da temperatura e do nível do mar associados a uma fraca capacidade de adaptação.
- As Pequenas Ilhas: considerando a sua maior exposição geográfica, tendencialmente enfrentará catástrofes mais intensas e regulares que porão as populações e as infra-estruturas em risco.
- Os Grandes Deltas dos Continentes Asiático e Africano: por serem regiões com grande densidade populacional e geograficamente expostas a eventos meteorológicos extremos.

Face á realidade, existem essencialmente dois tipos de resposta possíveis para fazer face aos impactos das alterações climáticas: a Adaptação e a Mitigação. Através de medidas e políticas que visem adaptar e mitigar, é possível diminuir as emissões de CO² e adaptarmo-nos às mudanças que já nos afetam diariamente.

A **Adaptação** consiste em medidas que tendem a reduzir as consequências adversas das alterações climáticas através do aproveitamento de oportunidades sustentáveis.¹¹ A capacidade de adaptação de determinada região ou país depende, em grande medida, de fatores socioeconómicos, ambientais, de acessibilidade a informação, tecnologias apropriadas e, fundamentalmente, do interesse político. Existem várias opções de adaptação de baixo custo e grande benefício para as populações a curto prazo.

A **Mitigação** consiste na redução das alterações no clima através de medidas que diminuem as emissões de GEE para a atmosfera.¹² O principal objectivo destas medidas é promover o crescimento baixo em carbono nos países em desenvolvimento, através da implementação de medidas e tecnologias apropriadas ao local, tais como, tecnologias

¹¹ OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2010), “ *Development Co-operation Report 2010*”, disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/fulltext/4310031e.pdf?expires=1317230750&id=id&accname=guest&checksum=65498A42DAAE02ABCB1DC9745D22B6DC>, página 68.

¹² OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2010), “ *Development Co-operation Report 2010*”, disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/fulltext/4310031e.pdf?expires=1317230750&id=id&accname=guest&checksum=65498A42DAAE02ABCB1DC9745D22B6DC>, página 68.

associadas às energias renováveis e medidas/políticas que promovem a eficiência energética, o planeamento urbano e os transportes públicos. A aplicabilidade das medidas de mitigação depende essencialmente das circunstâncias nacionais e do contexto sectorial de cada país.¹³ Este tipo de medidas implica normalmente mais despesas e resultados visíveis a médio/longo prazo, mas são consideradas imprescindíveis para assegurar o bem-estar das gerações futuras.

“Adaptation and Mitigation can complement each other and together can significantly reduce the risks of climate change”¹⁴

A necessidade das medidas de adaptação e mitigação fazerem parte das políticas de desenvolvimento e de serem uma prioridade nas agendas políticas é crescente e urgente. Nenhum país está imune às consequências das alterações climáticas, nem tão pouco conseguirá lidar com elas de forma rápida e eficaz, sem a existência de uma cooperação internacional baseada em consensos políticos, tanto aos níveis global, regional como nacional.

1.2. Governação Global – Regional – Nacional

Segundo o relatório GEO4¹⁵, a relação entre as questões ambientais e o desenvolvimento dependem essencialmente da existência de órgãos executivos e administrativos eficazes e, de políticas coerentes e unânimes que tenham como principal objectivo o alcance do desenvolvimento sustentável. Embora nos últimos vinte anos os avanços nesta relação tenham sido lentos, os progressos ambientais aos níveis global, regional e nacional foram bastante positivos dada a criação de entidades de governação mais versáteis e flexíveis, ao aumento de instituições, de organizações, tratados, leis e planos de acção.

¹³ IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (2007), *“Climate Change 2007: Synthesis Report”, Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, [recurso on-line] disponível em: http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr.pdf, página 15.

¹⁴ UNEP (United Nation Environment Programme) (2007), *“Global Environment Outlook GEO4: Environment for Development”*, [recurso on-line] disponível em: http://www.unep.org/geo/GEO4/report/GEO-4_Report_Full_en.pdf, página 65.

¹⁵ UNEP (United Nation Environment Programme) (2007), *“Global Environment Outlook GEO4: Environment for Development”*, [recurso on-line] disponível em: http://www.unep.org/geo/GEO4/report/GEO-4_Report_Full_en.pdf, página 61.

O aumento dos estudos acerca do alcance e das implicações das alterações climáticas no mundo têm proporcionado o aumento do número de cimeiras internacionais para criar objetivos e conceitos comuns. No entanto, na prática, ao nível nacional, regional e global, existe ainda uma grande falta de coordenação entre as instituições, o que leva à fragmentação e descoordenação na aplicação das políticas e normas. A preocupação centrada na criação de novas políticas e normas diminuiu, e hoje, a prioridade é a transposição e a implementação eficaz e coordenada das políticas existentes, em todos os países.

Ao nível nacional, as políticas ambientais, têm vindo a ser criadas de forma linear, setorial e de curto/médio prazo, pois são desenvolvidas normalmente em cada e para cada mandato. Este método tradicional vai contra o compromisso constante de alcançar o desenvolvimento sustentável e contra a real complexidade e interferência das questões ambientais nas economias e sociedades¹⁶. A política ambiental nacional, ao depender dos poderes legislativos, executivos, judiciais, da sociedade civil e do sector privado, necessita de mecanismos bem delineados para prevenir conflitos de interesses. Quanto à aplicação de políticas provenientes de acordos multilaterais é necessário haver uma coordenação entre as políticas nacionais e as intergovernamentais para que ambas sejam cumpridas e se complementem. Cada país tem um papel fundamental na implementação dos acordos multilaterais, e, infelizmente, a incapacidade de aplicação das políticas ao nível nacional e local, afeta muitos deles. Como forma de minimizar essas dificuldades, têm-se multiplicado os esforços através da simplificação de leis, relatórios e a criação de mecanismos de coordenação como os Comités Nacionais.

Segundo o relatório GEO4, o nível regional representa um plano intermédio muito importante para a gestão ambiental. A este nível e através de instituições e mecanismos regionais, é possível definir e aplicar políticas de acordo com as realidades e prioridades das regiões, embora as políticas ambientais sejam normalmente definidas aos níveis nacional, internacional e mundial. Regra geral, a proximidade geográfica potencia uma rápida difusão de práticas e uma diminuição do tempo de adaptação a novas condições. Nos casos de regiões que se encontram em desenvolvimento, os

¹⁶ UNEP (United Nation Environment Programme) (2007), “*Global Environment Outlook GEO4: Environment for Development*”, [recurso on-line] disponível em: http://www.unep.org/geo/GEO4/report/GEO-4_Report_Full_en.pdf, página 377.

problemas são maiores devido aos escassos recursos financeiros e humanos e à falta de capacidade na relação entre instituições¹⁷.

Quanto á governação global importa reter que os seus principais agentes são as Nações Unidas, os acordos e normas multilaterais, o sector privado, os organismos científicos e de investigação, as instituições, a sociedade civil como as ONG's, os sindicatos e partes interessadas. A governação global, embora tenha alcançado grandes progressos ao longo dos tempos e cada ator desempenhe as suas funções, continua a existir um problema: o enfoque em problemas concretos como as alterações climáticas, a proteção da natureza, a erradicação da pobreza, os direitos humanos, etc. Este problema resulta da falta da importância dada à complexidade das relações entre os fatores, as alterações e as consequências ambientais¹⁸.

Neste sentido, é afirmado no relatório Global Risks 2011¹⁹ e reafirmado no relatório Global Risks 2012 que a falência da governação global é o risco geopolítico com maior interferência direta nas cinco categorias (em cerca de 75% dos riscos). A definição de falência global baseia-se na seguinte afirmação: *“Weak or inadequate global institutions, agreements or networks, combined with competing national and political interests, impede attempts to cooperate on addressing global risks.”*²⁰

A falta de instituições adequadas, a divergência de interesses, de normas e valores, e os conflitos que daí advêm, tendem a influenciar a evolução de alguns riscos e a diminuir a nossa capacidade de lidar com eles. Os riscos ambientais, sociais, económicos, geopolíticos e tecnológicos encontram-se globalizados e interligados, como tal, a falência da governação global salienta-se devido á sua influência nesses riscos, à elevada probabilidade de ocorrer e ao seu forte impacto nas diversas áreas.

¹⁷ UNEP (United Nation Environment Programme) (2007), *“Global Environment Outlook GEO4: Environment for Development”*, [recurso on-line] disponível em: http://www.unep.org/geo/GEO4/report/GEO-4_Report_Full_en.pdf, páginas 378 e 379.

¹⁸ UNEP (United Nation Environment Programme) (2007), *“Global Environment Outlook GEO4: Environment for Development”*, [recurso on-line] disponível em: http://www.unep.org/geo/GEO4/report/GEO-4_Report_Full_en.pdf, páginas 375 e 376.

¹⁹ World Economic Forum (2011), *“Global Risks 2011, Sixth Edition – An Initiative of the Risk Response Network”*, [recurso on-line] disponível em: <http://riskreport.weforum.org/>, página 11.

²⁰ World Economic Forum (2011), *“Global Risks 2011, Sixth Edition – An Initiative of the Risk Response Network”*, [recurso on-line] disponível em: <http://riskreport.weforum.org/>, página 11.

Nos dias de hoje é imperativo criar uma estrutura sólida, ágil, coordenada, adequada aos atuais desafios globais e com novas formas e critérios de cooperação tanto aos níveis global, regional como nacional. A criação de novos mecanismos de cooperação adequados às realidades e às diferenças globais, regionais e nacionais são possíveis e extremamente necessários.

1.3. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

A crescente globalização dos problemas ambientais, sociais e económicos e o aumento da interdependência entre os atores da comunidade internacional, tem contribuído para que a cooperação para o desenvolvimento se torne na ferramenta fundamental para a resolução desses problemas.

A Declaração do Milénio de 2000 é um marco fundamental na cooperação internacional do século XXI. A Declaração adotada pela Assembleia-geral das Nações Unidas inclui valores fundamentais como a liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pelo ambiente, e partilha de responsabilidades. Estes valores refletem-se em oito objetivos agregadores e sintetizadores de uma multiplicidade de metas, que são enquadrados nos programas de atividades dos doadores internacionais. Os objetivos de desenvolvimento do milénio que cada país se propõe a alcançar até 2015 são: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de géneros e capacitar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/SIDA, malárias e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.²¹ (ver apêndice A)

Em Março de 2002, com o intuito de promover e fomentar a cooperação internacional, realizou-se em Monterrey (México), a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, no Quadro da Assembleia Geral das Nações Unidas. Os assuntos a debater nesta Conferência basearam-se em seis áreas

²¹ United Nations (2011), *“The Millennium Development Goals Report 2011”*, [recurso on-line] disponível em:

[http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/\(2011_E\)%20MDG%20Report%202011_Book%20LR.pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/(2011_E)%20MDG%20Report%202011_Book%20LR.pdf),

página 3.

consideradas fundamentais para o desenvolvimento das economias dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição, nomeadamente²²:

1. O aumento da mobilização dos recursos financeiros no interior dos países;
2. O reforço dos fluxos de investimento privado internacional e maior distribuição geográfica;
3. O alargamento do acesso aos mercados assegurando regimes comerciais justos e equitativos;
4. O aumento da cooperação financeira e técnica internacional em prol do desenvolvimento: reforço da APD;
5. A resolução dos problemas relativos à dívida externa dos países em desenvolvimento;
6. O aumento da coerência das estruturas financeiras mundiais e regionais e promoção da justa representação dos países em desenvolvimento nos processos de decisão ao nível internacional.

O Consenso de Monterrey, que surgiu desta Conferência, é a declaração oficial mais completa de princípios de desenvolvimento aceite pelos países desenvolvidos e pelos países em desenvolvimento. Contém compromissos e ações específicas a tomar por cada país para fomentar a ajuda aos países em desenvolvimento²³.

A OCDE baseia a sua atuação nos ODM e é composta por 34 países-membros²⁴: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Estónia, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Finlândia, Austrália, Nova Zelândia, México, Republica Checa, Hungria, Polónia, Coreia, Eslováquia. A sua abordagem na Cooperação para o Desenvolvimento baseia-se na

²² Afonso, Maria Manuela e Fernandes, Ana Pula “abCD Introdução á Cooperação para o Desenvolvimento, Revista Fórum DC (www.forumdc.net), Editado por Instituto Marquês de Valle Flôr e Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, Colprinter, Lda., 2005, página 10 e 11.

²³ Afonso, Maria Manuela e Fernandes, Ana Pula “abCD Introdução á Cooperação para o Desenvolvimento, Revista Fórum DC (www.forumdc.net), Editado por Instituto Marquês de Valle Flôr e Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, Colprinter, Lda., 2005, página 10 e 11.

²⁴ OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), “*Members and Partners*” [recurso on-line] disponível em http://www.oecd.org/pages/0,3417,en_36734052_36761800_1_1_1_1_1,00.html.

avaliação e recomendação de formas capazes de melhorar e facilitar os mecanismos de cooperação entre os países doadores e os países receptores da ajuda, de forma a aumentar a eficácia dessa mesma ajuda.

O CAD²⁵ é um dos atores da Cooperação para o Desenvolvimento. É o comité da OCDE que lida com as questões da Cooperação para o Desenvolvimento e é também especializado na ajuda aos países em desenvolvimento. Criado em 1961, é considerado o principal doador de ajuda para o alcance do bem-estar mundial, ao privilegiar a ajuda à capacitação dos países mais desfavorecidos. Embora não financie nem execute projetos, o CAD tem como principal objectivo harmonizar os esforços, procedimentos e práticas dos países doadores. A sua principal função é medir os fluxos de recursos fornecidos aos países em desenvolvimento e às instituições multilaterais de desenvolvimento. A principal medida utilizada por este comité, em praticamente todas as metas e avaliações do desempenho de ajuda de cada país doador, é a APD.

A fase embrionária da APD surgiu por volta de 1960. Em 1970, com a necessidade de acordar um valor comum para ajuda aos países menos desenvolvidos, foi definido o valor comum de 0,7% do RNB de cada país doador.

A APD é um conjunto de fluxos provenientes dos países-membros da OCDE que tem como principal objectivo a ajuda aos países em desenvolvimento através do alcance dos ODM. Segundo a OCDE, para os fluxos serem considerados APD requerem quatro requisitos²⁶:

1. Ser proveniente do setor público (incluindo organismos regionais ou locais);
2. Ter como principal objetivo a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar dos países receptores, a longo prazo;

²⁵ Afonso, Maria Manuela e Fernandes, Ana Pula “abCD Introdução á Cooperação para o Desenvolvimento, Revista Fórum DC (www.forumdc.net), Editado por Instituto Marquês de Valle Flôr e Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, Colprinter, Lda., 2005, página 43 e 44.

²⁶ OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), “*Official Development Assistance – definition and coverage*” [recurso on-line] disponível em http://www.oecd.org/document/4/0,3746,en_2649_34447_46181892_1_1_1_1,00.html.

3. Constituir uma transferência de recursos em forma de subsídios ou empréstimo em condições mais favoráveis que as do mercado – pelo menos 25%.

4. O país beneficiário deve constar na lista dos países em desenvolvimento elaborada pelo CAD.

O financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento pode ser classificado segundo seis critérios: a origem do financiamento; a fonte de financiamento; o tipo de ajuda; os instrumentos; os canais de execução; e o tipo de países receptores²⁷:

Quadro 1: Financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento

Origem do Financiamento	Fontes de Financiamento		Tipos de Ajuda	Instrumentos	Canais de Execução	Tipo de Países Receptores
Norte/Sul	Públicas		Cooperação Sul-Sul	Cooperação Técnica	Bilateral	Países Menos Avançados (PMA)
	APD	OFO	Capacitação	Cooperação Financeira		Países de Fracos Rendimentos
			Comércio Justo	Ajuda Projeto		
			Direitos Humanos	Ajuda Programa		
	Privadas		Género	Co-Financiamento das ONGD's	Multilateral	Países e Territórios de Rendimentos Intermédios de Tranche Inferior (PRITI)
	ONG'S	Fluxos Privados	Microcrédito	Ajuda Humanitária		Países e Territórios de Rendimentos Intermédios de Tranche Superior (PRITS)
			Prevenção de Conflitos	Ajuda Alimentar		
			Segurança Alimentar			

Fonte: Andreia Varanda

²⁷ Afonso, Maria Manuela e Fernandes, Ana Pula “abCD Introdução á Cooperação para o Desenvolvimento, Revista Fórum DC (www.forumdc.net), Editado por Instituto Marquês de Valle Flôr e Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, Colprinter, Lda., 2005, página 15-70.

Origem do Financiamento

A origem do financiamento refere-se á sua origem geográfica. Na cooperação para o desenvolvimento o financiamento é prestado de Norte para Sul, ou seja, dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

Fontes de Financiamento

O financiamento para o desenvolvimento pode ser proveniente de fontes públicas e de fontes privadas:

Fontes Públicas:

- Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) – O elemento fundamental para o financiamento do desenvolvimento.
- Outros Fluxos Oficiais (OFO) – São os créditos á exportação, participações, investimentos em carteira do sector oficial e reescalonamento da dívida consoante as condições do mercado.

Fontes Privadas:

- Donativos das Organizações Não-Governamentais (ONG's) – São fundos próprios, sem fins lucrativos que promovem o desenvolvimento. Os fundos podem ser canalizados para os países em desenvolvimento em forma de donativos privados, ou contribuir para organizações multilaterais ou ONGD's internacionais.
- Fluxos Privados – Estes tipo de financiamento inclui as transações feitas por empresas e/ou indivíduos do país doador, que sejam de investimento direto e superiores a 1 ano.

Tipos de Ajuda

Embora cada ator desenvolva as suas próprias atividades através de princípios e objetivos diversos que o distinguem dos outros, todos os atores da Cooperação para o Desenvolvimento (Estados Doadores, Municípios e Regiões, Países em Desenvolvimento, Organizações Multilaterais, CAD da OCDE, União Europeia, Organizações da Sociedade Civil: ONGD) participam em áreas de atuação transversal, nomeadamente:

- Na Cooperação Sul – Sul: Incentivo e criação de parcerias entre organizações do Sul. Tem como objectivo aumentar a participação e a capacidade de decisão na elaboração e implementação de políticas e projetos que visam o desenvolvimento;

- Na Capacitação: Através da promoção e formação, este tipo de ajuda pretende dotar as organizações e os próprios indivíduos de instrumentos que permitam assegurar as suas funções de forma eficaz, eficiente e sustentável;
- No Comércio Justo: É uma forma de cooperação que pretende agregar a dimensão económica do comércio à realidade social, cultural e ambiental dos diversos países receptores. Através da melhoria das condições comerciais e garantindo os direitos dos produtores, esta ajuda contribui para o desenvolvimento sustentável;
- Nos Direitos Humanos: O Direito ao Desenvolvimento confere aos povos o direito de participar, contribuir e usufruir de todos os tipos de desenvolvimento: económico, político, social e cultural. Cabe aos atores integrarem, sempre que possível, esta abordagem nas suas práticas.
- No Género: A igualdade de género é um dos Direitos Humanos que quando desrespeitada, pode prejudicar o desenvolvimento dos povos. É importante que cada ator desenvolva a sua atividade baseada na igualdade;
- No Microcrédito: Este tipo de ajuda consiste em pequenos empréstimos feitos a pessoas com menos rendimentos ou mais vulneráveis para facilitar a criação de auto-emprego ou de pequenas atividades que lhes permitam obter uma renda. É uma ajuda que contribui para o combate à pobreza.
- Na Prevenção de Conflitos: Os conflitos violentos impedem o desenvolvimento. Como tal, cada ator deve, na sua atividade, desenvolver estratégias e ações de prevenção de conflitos. A prevenção é também uma forma de aumentar a eficácia e o impacto da ajuda a médio/longo prazo;
- Na Segurança Alimentar: A insegurança alimentar afeta especialmente os países em desenvolvimento, embora seja uma preocupação de todos os países e populações. Cabe a cada ator minimizar a instabilidade alimentar incorporando na sua atividade medidas que favoreçam a disponibilidade, o acesso, a regularidade e a qualidade dos alimentos.

Instrumentos

A cooperação para o desenvolvimento engloba diversos instrumentos, que têm aumentado e evoluído ao longo dos anos consoante as necessidades e os objetivos de ajuda definidos. Destacam-se os seguintes:

- A Cooperação Técnica: É um instrumento central de Cooperação para o Desenvolvimento. A Cooperação Técnica engloba todo o tipo de atividades que de algum modo transfiram capacidades e conhecimentos para o país recetor da ajuda;
- A Cooperação Financeira: Este tipo de ajuda pressupõe o desenvolvimento económico através de créditos (através de projetos e programas), a ajuda em bens necessários ao desenvolvimento que o país recetor não pode importar; e o financiamento de reformas estruturais (por exemplo: a anulação da dívida externa);
- A Ajuda Projeto: O projeto é considerado o instrumento típico da Cooperação para o Desenvolvimento. Os projetos pressupõem três critérios: os objetivos a alcançar; as atividades a desenvolver; e as despesas a financiar. São intervenções precisas e com tempo limitado no país recetor;
- A Ajuda Programa: Este tipo de ajuda não financia um projeto específico. São ajudas dadas aos países beneficiários para fins de desenvolvimento geral. São ajudas que englobam o apoio á balança de pagamentos, o apoio geral ao orçamento e a ajuda à aquisição de produtos de base (por exemplo: o financiamento para a aquisição de bens alimentares);
- O Co-financiamento das ONGD's: O financiamento, através de fundos públicos, para este tipo de organizações da sociedade civil, aumenta as capacidades de atuação. A colaboração com as ONGD's tem possibilitado e facilitado o financiamento da cooperação ao diminuir o financiamento projeto a projeto;
- A Ajuda Humanitária: É um instrumento de emergência utilizado em certos grupos de uma população específica, cuja vida se encontra em perigo devido a catástrofes naturais ou a causas humanas. Este instrumento engloba a ajuda de emergência; a ajuda a refugiados, repatriados e deslocados; a ajuda de reabilitação e reconstrução; e a prevenção de conflitos e de desastres naturais;
- A Ajuda Alimentar: Visa a transferência de alimentos, bens doados ou vendidos (mínimo 25% de concessão), donativos monetários ou créditos (reembolso mínimo de 3 anos) para um país com graves problemas de fome.

Canais de Execução

A cooperação para o desenvolvimento pode ser feita através de dois canais de execução:

- Bilateral: Quando a canalização dos fluxos APD é feita diretamente do país doador para o país recetor;
- Multilateral: Quando entre o país doador e os países recetores existe uma organização. O país doador canaliza os seus fluxos para um fundo ou organização multilateral (por exemplo: o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, as Nações Unidas, a OCDE etc.), para que estas desenvolvam as suas atividades de promoção do desenvolvimento nos países em desenvolvimento.

Tipo de Países Receptores

O CAD da OCDE define, de três em três anos, uma lista de “países elegíveis” para o financiamento APD. Esta lista inclui para o período 2011-2013, quatro grupos de países²⁸ (ver apêndice B):

- Países Menos Avançados (PMA): Fazem parte deste grupo os países que se encontram abaixo dos limiares de desenvolvimento social, de rendimento e diversificação económica;
- Outros Países de Fracos Rendimentos (PFR): Pertencem a este grupo os países cujo RNB por habitante, em 2010, era inferior ou igual a 1005 dólares;
- Países e Territórios de Rendimento Intermédio de Tranche Inferior (PRITI): Os países elegíveis neste grupo são os países cujo RNB por habitante se situava entre os 1006 e 3.975 dólares, em 2010;
- Países e Territórios de Rendimento Intermédio de Tranche Superior (PRITS): Constam deste grupo os países cujo RNB por habitante se encontrava, em 2010, entre os 3.976 e os 12.275 dólares.

²⁸ OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), “DAC List of ODA Recipients: Effective for reporting on 2009 and 2010 flows” [recurso on-line] disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/32/40/43540882.pdf>.

1.3.1. As Alterações Climáticas e a Cooperação para o Desenvolvimento

O ano de 1988 foi um marco importante para as questões ambientais no contexto internacional, pois foi neste ano que a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criaram o IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*). Este painel intergovernamental tinha como objectivo principal a avaliação das alterações climáticas quanto aos impactos ambientais, às consequências socioeconómicas, aos dados científicos e à elaboração de possíveis respostas ao problema.

Em 1990 percebeu-se que o problema era real e como tal, o IPCC recomendou a adoção de uma Convenção sobre Alterações Climáticas. Após 2 anos, em 1992, no Rio de Janeiro (Brasil) foi acordada a primeira medida internacional para combater as alterações climáticas, a criação da **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas** (UNFCCC). Esta Convenção definiu como objectivo “*a estabilização das concentrações na atmosfera de gases com efeito de estufa (GEE) a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa com o sistema climático*”²⁹ e a realização de Conferências das Partes (COP), para a avaliação periódica das evoluções ocorridas entre os 192 países que acordaram a Convenção,.

Em 1994 reconheceu-se que os objetivos definidos pela UNFCCC não seriam suficientes para fazer face ao aumento das emissões de GEE para a atmosfera. Em 1997, na COP3 em Quioto (Japão), é adotado o **Protocolo de Quioto** que entra em vigor em 2005. Este Protocolo define o objetivo de que “*os países industrializados devem reduzir as suas emissões de seis GEE (CO₂ (o mais importante), metano, óxido nitroso, hidrofluorcarbonetos, perfluorcarbonetos e hexafluoreto de enxofre) em média de 5% relativamente aos níveis de 1990 durante o primeiro “período de cumprimento” de 2008 a 2012*”³⁰. Neste Protocolo são definidos limites vinculativos de emissões de GEE

²⁹ APA (Agência Portuguesa do Ambiente), “Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) e Protocolo de Quioto” [recurso on-line] disponível em <http://www.apambiente.pt/Instrumentos/ConvencoesAcordosMultilaterais/ProtocoloDeQuioto/Paginas/default.aspx>.

³⁰ APA (Agência Portuguesa do Ambiente), “Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) e Protocolo de Quioto” [recurso on-line] disponível em <http://www.apambiente.pt/Instrumentos/ConvencoesAcordosMultilaterais/ProtocoloDeQuioto/Paginas/default.aspx>.

para os países desenvolvidos e mecanismos de implementação baseados no mercado para que os custos de contenção das emissões se mantivessem ao nível mais baixo possível.

Em resultado das conclusões do 4º Relatório do IPCC (2007), que alerta para o facto das alterações climáticas constituírem uma ameaça capaz de ameaçar o mundo e de os seus impactos negativos afetarem desproporcionalmente as populações mais pobres dos países menos desenvolvidos, comprometendo os esforços de atingir os seus objetivos de desenvolvimento, torna-se necessário aplicar medidas que permitam fazer face á atualidade, minimizando os efeitos negativos que já se fazem sentir. Cerca de 75-80% dos potenciais danos causados pelas alterações climáticas serão enfrentados pelos países mais pobres, e como tal, a OCDE aprovou em Maio de 2009 um Guia com orientações políticas sobre a “Integração da Adaptação às Alterações Climáticas na Cooperação para o Desenvolvimento” que tem como objectivo apoiar as agências de cooperação dos países doadores e os seus parceiros governamentais dos países em desenvolvimento na tomada de decisões, avaliando e considerando os riscos e oportunidades das alterações climáticas nas políticas de desenvolvimento, nos diferentes níveis de decisão e de atuação.

Partindo do princípio que os países em desenvolvimento não contribuíram para as alterações climáticas e, como tal, não devem assumir as suas consequências sem apoio, em 2009, do Acordo de Copenhaga surgiu o *Fast Start Finance*. Este compromisso, do qual falarei e analisarei ao longo do relatório, negociado ao mais alto nível pelas maiores economias do mundo, é considerado o maior compromisso político em matéria de alterações climáticas desde a implementação do Protocolo de Quioto. Veio reforçar a urgência da implementação de medidas de adaptação, mitigação, transferência de tecnologia e reforço da capacitação institucional nos países em desenvolvimento, com vista ao alargamento dos horizontes e ao reforço da cooperação em matéria de clima. Os países receptores que beneficiam do financiamento *Fast Start* são os países mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas e com menos recursos para adaptar e mitigar.

Embora exista a necessidade de combater as alterações climáticas através de medidas que visam o desenvolvimento sustentável nos países mais pobres, devido à sua menor capacidade de adaptação, nos países desenvolvidos é também necessário reduzir

as pegadas de carbono e impulsionar o desenvolvimento de fontes de energia alternativas.

O relatório do Banco Mundial 2010³¹ adverte para a necessidade de agir agora, agir em conjunto e agir de forma diferente. Para que as alterações climáticas não comprometam o desenvolvimento presente e futuro, inclusivamente o alcance dos ODM, é necessário **agir agora**. Porque as alterações climáticas atingem o património mundial e para que os custos sejam reduzidos e a abordagem a medidas de adaptação e mitigação seja eficaz, é necessário **agir em conjunto**. Por fim, porque não podemos planear o futuro baseados em ações do passado e para adaptar a humanidade a um mundo em constante mudança, é necessário **agir de forma diferente**.

O combate às alterações climáticas é hoje uma prioridade internacional que deve ser alvo de uma atuação social, económica e ambiental que permita o desenvolvimento sustentável de todas as populações do mundo. Embora esta ameaça possa parecer remota quando comparada com problemas como a pobreza, doenças infecciosas, estagnação económica etc., ela interfere, prejudica e limita a capacidade de resolução destes problemas.

1.4. A Crise Económica e Financeira Global: Um Entrave à Cooperação para o Desenvolvimento ou uma Oportunidade de Inovação?

A preocupação com as consequências da crise económica e financeira global relativamente ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento levou a que em Outubro de 2009, a Resolução do Parlamento Europeu sobre os efeitos da Crise Financeira e Económica Mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento, previsse e enumerasse as seguintes consequências para os países em desenvolvimento³²:

³¹ World Bank (2010), “*World Development Report 2010: Development and Climate Change*”, [recurso on-line] disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2010/Resources/5287678-1226014527953/WDR10-Full-Text.pdf>, página 10-18.

³² Jornal Oficial da União Europeia, “Consequências da Crise Financeira e Económica nos países em Desenvolvimento: Resolução do Parlamento Europeu, de 8 de Outubro de 2009, sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento” (2010/C 230 E/02) [recurso electrónico] disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:230E:0007:0010:PT:PDF>.

1. *“Os países em desenvolvimento não causaram a crise financeira e económica mundial, mas sofrem desproporcionadamente as consequências, a saber, uma desaceleração brusca do crescimento e do emprego, efeitos negativos na balança comercial e na balança de pagamentos, redução acentuada dos fluxos líquidos de capital privado e do investimento direto estrangeiro, redução do acesso ao crédito e do financiamento do comércio, diminuição das remessas, variações amplas e voláteis das taxas de câmbio, colapso das reservas, aumento da volatilidade e baixa dos preços das matérias-primas, e diminuição das receitas do turismo”;*

2. *“A crise financeira mundial criou uma emergência do ponto de vista do desenvolvimento, pondo em risco e podendo mesmo inverter os progressos duramente realizados para reduzir a pobreza, a fome e a mortalidade infantil e no sentido de reforçar o ensino primário, a igualdade dos géneros, o acesso à água potável e ao saneamento básico, comprometendo assim os progressos no sentido da consecução dos ODM, nomeadamente em matéria de saúde”;*

3. *“Esta crise, na sequência imediata das crises dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis, já comporta elevados custos humanos e tem efeitos devastadores sobre as pessoas vulneráveis dos países mais pobres, prevendo-se um aumento de 23 milhões de desempregados, de 90 milhões de pessoas extremamente pobres, só em 2009, e entre 200 000 e 400 000 casos de mortalidade infantil por ano, em média, entre 2009 e 2015, o ano-objectivo dos ODM nos países em desenvolvimento”;*

4. *“Para os países em desenvolvimento, a rutura dos processos de desenvolvimento tem efeitos mais destrutivos e duradouros a médio prazo que os sofridos pelos países avançados durante períodos de crise limitados”.*

A crise económica e financeira global é considerada um entrave à cooperação para o desenvolvimento no relatório *Global Risks 2011*. A diminuição da resistência económica associada às tensões geopolíticas e à fragmentação social leva à redução da capacidade para lidar com os desafios globais e com o aumento das disparidades económicas.³³

³³ World Economic Forum (2011), *“Global Risks 2011, Sixth Edition – An Initiative of the Risk Response Network”*, [recurso on-line] disponível em: <http://riskreport.weforum.org/>, página 6.

As disparidades económicas são consideradas no relatório *Global Risks 2011*, o 2º risco com maior impacto devido à sua forte influência na evolução de outros riscos e na reduzida capacidade que nos confere para lhes responder. As disparidades económicas encontram-se intimamente relacionadas com a corrupção, os desafios demográficos, os Estados frágeis e os desequilíbrios globais. Para além da relação com estes fatores, este risco influencia também o comércio ilícito, as doenças crónicas e infecciosas, as migrações, a segurança alimentar, o terrorismo e as armas de destruição maciça³⁴.

No entanto, no relatório *Global Risks 2012*, a categoria económica passou a ser a mais preocupante para 2012 devido aos fortes impactos dos desequilíbrios fiscais crónicos nas restantes quatro categorias (ambiental, social, geopolítica e tecnológica). Os riscos económicos estão associados à falência da governação global³⁵.

Encontramo-nos num momento em que emergem novas economias, logo, a crise económica e financeira que se faz sentir, faria temer grandes impactos nos países com baixos rendimentos, mas tal não se verificou devido ao menor choque nas suas economias. A grande preocupação que poderá advir desta crise será a possibilidade de não alcançar alguns dos objetivos da comunidade internacional, como é o caso dos ODM até 2015.

Para fazer face a este problema, em 2009 o CAD desenvolveu um plano de ação para os países pobres. Este plano é baseado em seis medidas essenciais³⁶:

1. Reforçar as promessas de ajuda;
2. Integrar na gestão de crises o desenvolvimento a longo prazo e os ODM;
3. Melhorar a qualidade e a eficácia da ajuda;

³⁴ World Economic Forum (2011), “*Global Risks 2011, Sixth Edition – An Initiative of the Risk Response Network*”, [recurso on-line] disponível em: <http://riskreport.weforum.org/>, página 10.

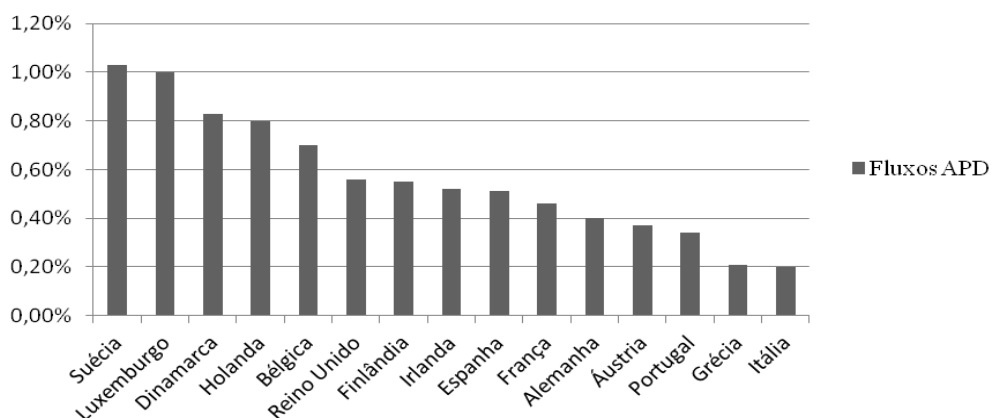
³⁵ World Economic Forum (2012), “*Global Risks 2012, Seventh Edition – An Initiative of the Risk Response Network*”, [recurso on-line] disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2012.pdf, página 36 e 37.

³⁶ OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2010), “*Development Cooperation Report 2010*”, [recurso on-line] disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/fulltext/4310031e.pdf?expires=1322850127&id=id&accname=guest&checksum=930E75317BA8AC5EDB37D5809C1C1578>, página 22-24.

4. Garantir a satisfação de necessidades urgentes através da APD;
5. Utilizar todos os instrumentos disponíveis para enfrentar a crise;
6. Monitorizar e contabilizar a resposta à crise por parte dos países parceiros e doadores.

As previsões para os fluxos APD apontavam para uma descida, mas desde o período base de 2004 a 2010 a contribuição dos países doadores bateu recordes com um aumento de 35%.³⁷ Embora o aumento dos fluxos para a ajuda ao desenvolvimento seja bastante significativo, fica aquém das promessas feitas. Dados disponibilizados pela OCDE indicam que em 2010 apenas alguns países como a Suécia (1,03%), o Luxemburgo (1,00%), a Dinamarca (0,83%), a Holanda (0,8%) e a Bélgica (0,7%) disponibilizaram para a APD valores iguais ou superiores a 0,7% do seu RNB. A maioria dos países-membros da OCDE como o Reino Unido (0,56%), a Finlândia (0,55%), a Irlanda (0,52%), a Espanha (0,51%), a França (0,46%), a Alemanha (0,40%), a Áustria (0,37%), Portugal (0,34%), a Grécia (0,21%) e a Itália (0,20%) falham as suas promessas e não cumprem o objetivo comum de 0,7%/RNB.³⁸

Gráfico 1: Fluxos APD (2010)



Fonte: Andreia Varanda

³⁷ OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2010), “*Development Co-operation Report 2010*”, [recurso on-line] disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/fulltext/4310031e.pdf?expires=1322850127&id=id&accname=guest&checksum=930E75317BA8AC5EDB37D5809C1C1578>, página 24.

³⁸ OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2010), “*Donors’ mixed aid performance for 2010: sparks concern*”, [recurso on-line] disponível em: http://www.oecd.org/document/20/0,3746,en_21571361_44315115_44617556_1_1_1_1,00.html.

Os fluxos da cooperação para o desenvolvimento têm sido dirigidos essencialmente para os países em desenvolvimento devido às suas acentuadas necessidades em setores de base como a saúde, a educação, a economia, a política etc. Um dos graves problemas com que a comunidade internacional se começa a defrontar é com uma necessidade de ajudar não só os países em desenvolvimento mas também os países desenvolvidos que têm cada vez menos capacidade de se financiarem e de resolverem os seus próprios problemas. A crise económica e financeira internacional e o aumento da pobreza e das tensões políticas em vários países requerem cada vez mais atenção por parte da comunidade internacional.

No entanto, uma crise é sempre uma oportunidade de mudança. Perante a situação económica com que nos deparamos, surge a necessidade e o empenho de alargar as fontes e mecanismos de financiamento para a cooperação.

Capítulo II: *Fast Start Finance* - Cooperação para as Alterações Climáticas

2.1. Compromisso *Fast Start Finance*: A Implementação Imediata de Medidas de Combate às Alterações Climáticas

Da Cimeira de Copenhaga surgiu o Acordo de Copenhaga, no qual 139 países desenvolvidos, voluntariamente, acordaram a criação de um pacote “novo e adicional” de 30 mil milhões de dólares para o período 2010-2012 e de 100 mil milhões de dólares por ano até 2020. Este pacote, designado por *Fast Start Finance* deve ser financiado a partir de um vasto leque de fontes de financiamento novas e adicionais, previsíveis e adequadas, que incluem fontes públicas, privadas, bilaterais, multilaterais e recursos de financiamento alternativos para financiar medidas de adaptação, mitigação, transferência de tecnologia e fomento da capacitação em países em desenvolvimento.

O *Fast Start Finance*, tema central deste relatório, surgiu portanto, em 2009 na Cimeira de Copenhaga, também conhecida por COP15, com o objetivo de criar um compromisso para combate às alterações climáticas. Este pacote é o resultado de um acordo que advém da preocupação e necessidade de ajudar os países em desenvolvimento nos custos inerentes à implementação de medidas de mitigação, e de dar maior assistência aos países mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, através do suporte e implementação de medidas de adaptação. A implementação de medidas de adaptação e de mitigação deve ser equilibrada e deve também dar prioridade aos países menos desenvolvidos, em particular, às pequenas ilhas de países em desenvolvimento e aos países do continente Africano.

O Acordo de Copenhaga propôs a criação de um Painel de Alto Nível, orientado pelo UNFCCC, para o estudo de potenciais fontes de receita para o financiamento do *Fast Start* e estabeleceu o “*Green Climate Fund*” como entidade gestora de uma parte do futuro financiamento. Por definir ou especificar, neste Acordo, ficaram os mecanismos para monitorizar, reportar e verificar (MRV) o financiamento; o financiamento necessário a longo prazo; as instituições responsáveis pela gestão do financiamento; os tipos de fontes de financiamento; uma *baseline* que possibilite avaliar se o financiamento provém de fontes “novas e adicionais”, entre outros. Várias opções de *baselines* foram apontadas, embora não tenha havido consenso entre as partes

envolvidas. Como tal, ficou ao critério de cada país escolher a sua, baseando-se sempre na novidade e adicionalidade às fontes de financiamento da APD.

Em 2010, realizou-se em Cancún (México), a Cimeira de Cancún, designada por COP16. Esta Cimeira veio reforçar a importância do financiamento climático a curto (2010-2012: período *Fast Start*) e a longo prazo (pós 2012). Do Acordo de Cancún fazem parte um conjunto de decisões e medidas concretas que visam a redução das emissões de GEE, a proteção dos países em desenvolvimento, através de medidas de adaptação e mitigação, acordadas na Cimeira de Copenhaga, e a ajuda na construção dos seus próprios futuros sustentáveis. Os nove principais objetivos desta Cimeira assentaram no seguinte³⁹:

1. Estabelecer objetivos claros e precisos para a diminuição de emissões de GEE, a longo prazo para a atmosfera, mantendo a temperatura média global abaixo dos 2°C;
2. Incentivar a participação de todos os países na redução das emissões de GEE, tendo em conta os seus diferentes tipos de responsabilidade e capacidade;
3. Garantir que os países ajam com total transparência e assegurar revisões periódicas do progresso global;
4. Desenvolver ações que promovam o desenvolvimento e a transferência de tecnologia, nos momentos e locais mais adequados;
5. Providenciar o aumento dos fundos a curto e longo prazo e mobilizá-los com rapidez, permitindo assim aumentar a eficácia das medidas tomadas pelos países receptores;
6. Ajudar as populações mais vulneráveis na adaptação aos impactos das alterações climáticas;
7. Proteger as florestas do mundo;
8. Reforçar a capacidade global para enfrentar o desafio das alterações climáticas, especialmente nos países em desenvolvimento;

³⁹ UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change), “*The Cancun Agreements: Key Steps of the United Nations Climate Change Conference*”, [recurso on-line] disponível em: <http://cancun.unfccc.int/>.

9. Criar instituições eficazes e sistemas que permitam assegurar e avaliar o cumprimento e eficácia das ações.

Os quatro grandes temas abordados na Cimeira de Cancún e dentro dos quais surgiram importantes desenvolvimentos e acordos, foram: a Mitigação; a Adaptação; o Suporte Financeiro, a Capacitação e a Transferência de Tecnologia; e a Transparência e Reporte de Dados:

Mitigação

As medidas de mitigação incluem planos de redução de emissões de GEE nos países desenvolvidos, e a limitação, através de planos que visam o desenvolvimento baixo em carbono nos países em desenvolvimento, até 2020. Antes da realização da Cimeira de Copenhaga também os países em desenvolvimento se comprometeram a reduzir as suas emissões de GEE para a atmosfera. Na Cimeira de Cancún, as promessas e ações dos países em desenvolvimento são tomadas em consideração.

Para facilitar a implementação das medidas de mitigação nos países em desenvolvimento, prestar o apoio necessário e aumentar a transparência e a confiança entre as partes, foi proposta uma troca regular de informações entre os países doadores e os países recetores. Os países em desenvolvimento devem transmitir toda a informação disponível sobre os custos relacionados com as ações de mitigação apropriadas aos seus territórios e, são também encorajados a desenvolver estratégias próprias que visem o desenvolvimento baixo em carbono ou a criar planos que promovam o desenvolvimento sustentável.

Adaptação

Na Cimeira de Cancún foram criados o **Quadro de Adaptação** (*Climate Adaptation Framework*) e o seu Comité de Adaptação. O Quadro de Adaptação, acordado ao nível internacional, surgiu da necessidade de reforçar a implementação das medidas de adaptação nos países em desenvolvimento de forma mais coerente e orientada. As suas principais tarefas baseiam-se no apoio ao planeamento e à implementação de medidas através de suporte técnico e financeiro; no fomento da investigação e da avaliação de medidas de adaptação, da cooperação tecnológica, da educação e da consciencialização pública relativamente às questões ambientais. O Quadro de Adaptação de Cancún define cinco áreas prioritárias de ação a desenvolver pelas partes, nomeadamente:

1. O desenvolvimento de planos, projetos, programas e atividades;
2. O fortalecimento das Instituições;
3. O aperfeiçoamento das técnicas de observação, de investigação e dos sistemas de gestão de informação;
4. A avaliação dos impactos, das vulnerabilidades e das necessidades financeiras;
5. O desenvolvimento, a implementação ou a transferência de tecnologia de adaptação.

O Comité da Adaptação surge também da Cimeira de Cancún para promover a implementação de fortes medidas de adaptação através de suporte técnico, da partilha de conhecimentos e da promoção do esforço coletivo. O Comité tem também como prioridades identificar lacunas, destacar boas práticas e fazer recomendações de boas práticas aos países envolvidos.

Suporte Financeiro, Capacitação, Transferência de Tecnologia e REDD⁺

O suporte financeiro, a capacitação, a transferência de tecnologia e redução de emissões por desflorestação e degradação florestal (REDD⁺) são as principais áreas de ação, no âmbito da adaptação e da mitigação, a implementar nos países vulneráveis. Dada a sua importância, foram temas na Cimeira de Cancún.

O “**Green Climate Fund**”, inicialmente proposto no Acordo de Copenhaga, no âmbito do *Fast Start Finance*, foi tema desenvolvido na Cimeira de Cancún. O fundo, já referido anteriormente, será uma entidade gestora de uma parte do financiamento *Fast Start*, que terá como finalidade o suporte financeiro a projetos, programas, políticas e outras atividades. Este fundo será dirigido por um Conselho, constituído por 24 membros, dos quais farão equitativamente parte, membros de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento.

Em matéria de capacitação, os países desenvolvidos acordaram o reforço de ações que visem a consolidação de instituições relevantes, das redes e da partilha de informação, da educação e da consciencialização pública nos países em desenvolvimento.

A transferência de tecnologia é também uma prioridade. Na Cimeira de Cancún foi criado um novo **Mecanismo Tecnológico**, que surge da necessidade de implementar tecnologias ecológicas nos países e de fomentar a cooperação tecnológica internacional.

Até ao momento, este mecanismo encontra-se em desenvolvimento, esperando-se que entre em funcionamento em 2012.

Transparência e Reporte de Dados

A criação de laços de confiança entre os países doadores e os países recetores tem dominado os Acordos Internacionais em matéria de alterações climáticas. Cada vez mais, os países em desenvolvimento exigem garantias quanto ao cumprimento das promessas feitas pelos países desenvolvidos e, como tal, reportar relatórios detalhados sobre os seus progressos através de um sistema de informação comum, é essencial.

Desde a Cimeira de Copenhaga, a existência de transparência é o requisito principal e essencial à cooperação em matéria de alterações climáticas. Neste sentido, surgiu a necessidade de criar um novo sistema capaz de quantificar a ajuda aos países em desenvolvimento através da monitorização, do reporte e da verificação (**MRV**) do financiamento. Para que a informação chegue a todos os países recetores da ajuda, os países desenvolvidos comprometeram-se, na Cimeira de Cancún, a aumentar a comunicação através de medidas que visam o apoio financeiro, tecnológico e de capacitação. Em contrapartida, os países em desenvolvimento comprometeram-se a aceitar consultas internacionais relativamente às ações de mitigação desenvolvidas nos seus países.

O novo sistema de MRV, tal como, o Quadro de Adaptação, o Comité de Adaptação, o *Green Climate Fund* e o novo Mecanismo Tecnológico têm um longo caminho a percorrer, embora a comunidade internacional esteja bastante empenhada na cooperação em matéria de alterações climáticas.

2.1.1. O Financiamento *Fast Start* “Novo e Adicional”

O termo “novo e adicional” surgiu em 1992 na Cimeira do Rio⁴⁰, e desde então, é um termo recorrente nos grandes acordos sobre as alterações climáticas como o Protocolo de Quioto, o Acordo de Copenhaga, e o mais recente, Acordo de Cancún.

No Acordo de Copenhaga definiu-se a criação de um financiamento “novo e adicional” ao tradicional financiamento climático para apoio a medidas de adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento. Dos termos “novo e adicional” surgiram

⁴⁰ Cimeira do Rio foi o nome pelo qual ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que se realizou em 1992, no Rio de Janeiro (Brasil).

muitas dúvidas e divergências, especialmente sobre que fontes seriam aceites e contabilizadas como tal. Surgiu assim a necessidade de criar uma *baseline* que possibilitasse quantificar e avaliar a proveniência do financiamento novo e adicional.

No contexto do financiamento *Fast Start* novo e adicional, define-se uma *baseline* como o fluxo de financiamento que deve entrar para os países em desenvolvimento sem contar com a entrada do financiamento climático habitual (APD). Na Cimeira de Copenhaga, a criação e definição de uma *baseline* única, gerou desacordo pelas partes envolvidas, como tal, ficou ao critério de cada país definir a sua através de critérios definidos e baseando-se sempre na novidade e adicionalidade às fontes de financiamento da tradicional APD.

Para criar alguma convergência quanto aos critérios a ter em conta na criação de uma *baseline* pelos países doadores, foi desenvolvido pelo CIS, um documento que sugere 8 opções de *baselines*⁴¹:

Os dois critérios para criar uma *baseline* de financiamento climático são sempre a “adicionalidade” e a “novidade”. Além destes dois, as *baselines* podem ser estabelecidas de acordo com três critérios: eficácia ambiental; custo-eficácia; partilha de encargos e compensações; e capacidade institucional.

“Adicionalidade” à APD

O financiamento climático é adicional se levar a um aumento de verbas, não só comparado com o presente mas também com os projetos futuros da APD. O financiamento *Fast Start* pode ser considerado como APD mas o montante destinado ao desenvolvimento não pode ser reduzido (pelo menos 0,7% do RNB).

“Novidade” de fontes de financiamento

O termo “novo” refere-se ao financiamento que se separa daquele que já havia sido prometido, quer ao nível ambiental quer ao nível da APD. O termo “novas fontes de financiamento” significa a existência de fontes que nunca foram criadas ou utilizadas para o suporte de ações de clima e de desenvolvimento nos países em desenvolvimento.

⁴¹ CIS (Center for Comparative and International Studies) Working Paper Nr.66, 2010 “Keeping a big promise: options for baselines to assess “new and additional” climate finance”, Center for Comparative and International Studies (ETH Zurich and University of Zurich) [recurso on-line] disponível em: http://www.cis.ethz.ch/publications/publications/2010_WP66_Stadelmann_Michaelowa.pdf

Ambiente e a relação custo-eficácia

A eficácia ambiental é entendida como um patamar onde a mitigação e a adaptação são alcançadas. Assumindo que um aumento dos fundos conduz ao aumento da implementação de medidas de mitigação e adaptação, uma *baseline* é ambientalmente eficaz se aumentar os fundos, comparado com os já existentes.

Partilha de Encargos e Compensações

A uma *baseline* compete a distribuição adequada do financiamento para o futuro dos países em desenvolvimento, principalmente pelos que são menos responsáveis pelas alterações climáticas e pelos menos capazes de se adaptarem às suas consequências.

Capacidade Institucional (Norte-Sul)

Para ter capacidade institucional, uma *baseline* tem de ser politicamente aceite por todos os Governos. Ela tem de ser concretizável, transparente e coerente com outros regimes internacionais.

Este documento aponta oito opções de *baselines*, como possíveis escolhas dos países desenvolvidos: a partir de 0,7% do RNB; uma *baseline* sem concordância; através de vias da ONU; sem contar com a APD; o actual financiamento do clima; a actual assistência ao desenvolvimento; atualização da projeção da APD; atualização da projeção da APD pré-definida (ajustamento com o aumento do RNB); e apenas novas fontes. O seu objetivo é uniformizar as opções dos países doadores para que exista o maior grau de coerência e entendimento possível. As oito opções que foram discutidas na Cimeira de Cancún incidem sobre o seguinte:

Opção 1: A partir de 0,7% do RNB

Alguns países desenvolvidos defendem que o registo para o fundo “novo e adicional” deve começar após cada país contribuir com 0,7% do RNB para a APD.

No entanto, como referido anteriormente, em 2010, apenas cinco países atingiram esse valor: Suécia (1,03%), Luxemburgo (1,00%), Dinamarca (0,83%), Holanda (0,8%) e Bélgica (0,7%).

Opção 2: *Baseline* sem Concordância

Esta opção sugere uma *baseline* definida por cada país desenvolvido, sendo aprovada por grande parte dos países desenvolvidos, no entanto, não é aceite pelos

países em desenvolvimento pois consideram que o termo “novo e adicional” perde o sentido.

Opção 3: Através de Vias da ONU

Uma das opções para criar *baselines* claras é contar apenas com o financiamento desembolsado por fundos, como é o caso do “*Green Climate Fund*”. Esta opção reduz a flexibilidade dos doadores e deixa-os menos capazes de usar o termo “novo e adicional”.

Opção 4: Sem contar com a APD

Nesta opção existe uma grande separação entre o financiamento APD e o financiamento climático. O financiamento para o desenvolvimento é claramente distinto do financiamento para o clima, e, como tal, é sugerido que os países desenvolvidos definam o seu objectivo principal: financiar o desenvolvimento ou o clima.

Opção 5: Actual Financiamento do Clima

Esta opção de financiamento é aceite por vários países desenvolvidos. Consiste na existência de fundos climáticos e no cumprimento das promessas feitas antes do Acordo de Copenhaga. Neste modelo é difícil distinguir o antigo do novo financiamento.

Opção 6: Actual Assistência ao Desenvolvimento

Neste caso, o financiamento que apoia a APD pode contar também para financiamento climático. Países como a Austrália, a Finlândia e a Suíça defendem que o clima faz parte de um aumento da APD.

Opção 7a: Atualização da Projeção da APD

Esta opção pressupõe uma reavaliação dos níveis de financiamento a cada ano ou a cada dois anos. Baseia-se numa avaliação do crescimento económico dos países desenvolvidos e dos compromissos relativos á APD. Esta opção pode favorecer os países desenvolvidos, já que em caso de crise, o financiamento para o clima pode diminuir. No entanto, é uma opção que pode ter implicações na confiança entre as partes, devido à insegurança que envolve para os países em desenvolvimento.

Opção 7b: Atualização da Projeção da APD pré-definida (ajustamento com o aumento do RNB)

Esta opção baseia-se em projeções de financiamento pré-definidas que têm como objetivo evitar renegociações e reavaliações permanentes. No entanto, atualmente, com tantas incertezas quanto ao crescimento económico, os países desenvolvidos encontram-se cada vez mais preocupados com os seus compromissos internacionais. A dependência do RNB dos países doadores para o financiamento de ações, programas, atividades e projetos é considerada uma desvantagem para os países em desenvolvimento, mas ao evitar renegociações, beneficiarão da previsibilidade.

Opção 8: Apenas novas fontes

Esta opção combina a novidade, a adicionalidade e a aceitabilidade. Esta *baseline* conta com novas fontes preferencialmente adicionais à APD, tais como as taxas sobre o carbono, leilões de licenças de emissões ou impostos sobre o transporte internacional. Esta *baseline* é considerada a “rampa” para o pós-2012, já que o objectivo é chegar a 2020 com um financiamento de 100 mil milhões de dólares por ano.

2.1.2. Os Marcadores do Rio da OCDE

Em 1992 os países desenvolvidos assinaram as três Convenções do Rio, no Rio de Janeiro (Brasil), e comprometeram-se a ajudar os países em desenvolvimento na implementação das mesmas. As três Convenções incluem:

- A Convenção-Quadro para as Alterações Climáticas (UNFCCC) – Atividades que promovem a redução ou a limitação das emissões de GEE's de forma a estabilizar as suas concentrações na atmosfera a um nível que impeça uma interferência antropogénica perigosa no sistema climático (mitigação) ou atividades que reduzem a vulnerabilidade humana ou dos sistemas naturais aos impactos das alterações climáticas mantendo ou aumentando a capacidade adaptativa e de resiliência (adaptação);
- A Convenção para Combate á Desertificação (UNCCD) – Atividades de combate á desertificação ou de mitigação aos efeitos da seca nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, através da prevenção e/ou redução da degradação das terras, a reabilitação de terras parcialmente degradadas ou a recuperação de terras degradadas;
- A Convenção para a Biodiversidade Biológica (UNCBD) – Atividades que promovem pelo menos um dos objetivos da Convenção: a conservação da

biodiversidade; o uso sustentável de ecossistemas, espécies e recursos genéticos; ou a partilha justa e equitativa dos benefícios da utilização dos recursos genéticos.

Em 1998 o CAD da OCDE começou a medir toda a ajuda prestada aos países em desenvolvimento através de um “sistema de reporte” designado por Marcadores do Rio. Através deste sistema de marcadores qualitativos, os países passaram a marcar os objetivos de cada atividade, projeto ou programa desenvolvido, e reportaram os seus relatórios ao CAD, permitindo assim uma aproximação quantitativa do financiamento despendido no âmbito das três Convenções.

Os Marcadores do Rio para as Alterações Climáticas, incluem hoje as medidas de mitigação e de adaptação. Em 1998, o CAD em colaboração com o Secretariado da UNFCCC criaram o Marcador do Rio para Mitigação às Alterações Climáticas e em 2009 foi aprovado o Marcador do Rio para Adaptação às Alterações Climáticas, que veio complementar o já existente, Marcador do Rio para a Mitigação.

O Marcador do Rio para a Mitigação às Alterações Climáticas pressupõe que a atividade, projeto ou programa desenvolvido inclua um dos quatro “Critérios de Elegibilidade”:

1. A mitigação das alterações climáticas através da limitação antropogénica de emissões de GEE's; ou
2. A proteção e/ou o aumento de tanques e reservatórios de GEE's; ou
3. A integração das alterações climáticas na ajuda aos objetivos de desenvolvimento dos países recetores através da capacitação institucional, do desenvolvimento de capacidades, do reforço dos regulamentos e dos quadros políticos, ou da investigação; ou
4. A ajuda aos países em desenvolvimento para cumprir os seus compromissos no âmbito da Convenção-Quadro para as Alterações Climáticas (UNFCCC).

O Marcador do Rio para a Adaptação às Alterações Climáticas prevê um dos seguintes “Critérios de Elegibilidade” na atividade, projeto ou programa implementado:

1. O objetivo da adaptação às alterações climáticas encontra-se explicitamente indicado na documentação da atividade desenvolvida; ou

2. A atividade, projeto ou programa inclui medidas específicas de redução da vulnerabilidade humana ou dos sistemas naturais aos impactos das alterações climáticas, mantendo ou aumentando a capacidade de adaptação e resiliência, nomeadamente as atividades que vão desde a partilha de informação e conhecimento ao desenvolvimento de capacidades e de planeamento e á implementação de medidas de adaptação.

A recolha de dados sobre os Marcadores, baseia-se no seguinte sistema de pontuação:

2: Objetivo Principal

Ao marcar o objectivo de uma atividade, projeto ou programa com o número “2” significa que pelo menos um dos “critérios de elegibilidade” é o seu objectivo principal. O objectivo principal é fundamental á concepção da atividade, projeto ou programa e um objectivo direto e explícito da atividade.

1: Objetivo Significante

Os objetivos significantes, ou seja, marcados com o número “1”, são aqueles que embora importantes para a atividade, projeto ou programa, não são uma das razões principais ou essenciais á sua realização.

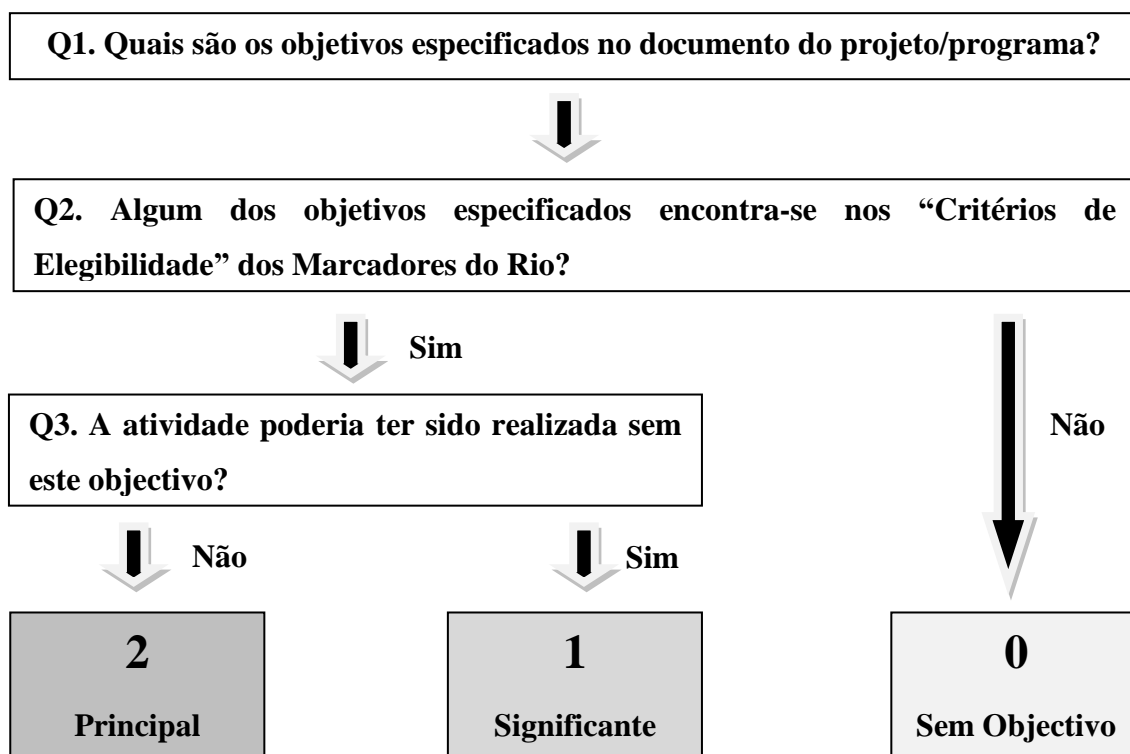
0: Sem Objetivo

A marcação de uma atividade, projeto ou programa com o número “0” significa que vai ao encontro dos objetivos do Marcador mas não corresponde a nenhum objetivo principal ou significativo.

Uma atividade, projeto ou programa pode ser alvo de mais de um objectivo de cada Convenção ao mesmo tempo (Mitigação às Alterações Climáticas, Adaptação às Alterações Climáticas, Desertificação, Biodiversidade), e pode também ter mais do que um objetivo principal ou significativo. É sempre importante que o objetivo da atividade, projeto ou programa se encontre explícito na documentação de cada um.

Para facilitar a marcação das atividades desenvolvidas por cada país, o CAD desenvolveu três passos lógicos que correspondem às três seguintes questões:

Figura 3: Passos Lógicos para a Marcação das Atividades



Fonte: OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2011), “Handbook on the OECD-DAC Climate Markers” [recurso on-line] disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/56/18/48785310.pdf>, página 5.

As atividades, projetos e programas *Fast Start*, ao contribuírem para o combate às alterações climáticas, são avaliados e marcados segundo os critérios dos Marcadores Clima que englobam os Marcadores mitigação e adaptação às alterações climáticas. Através da aplicação correta dos Marcadores Clima, torna-se mais fácil alcançar o objetivo de equilibrar o financiamento disponibilizado tanto para as medidas de mitigação como de adaptação.

2.2. Financiamento *Fast Start*

Inicialmente, a APD surgiu com o objetivo de promover o bem-estar e desenvolver as economias dos países em desenvolvimento. Ao longo dos anos, foram surgindo novos desafios e a sustentabilidade ambiental passou a fazer parte das preocupações mundiais. Embora tenha sido disponibilizado algum financiamento para as questões ambientais, até 2009, as medidas de adaptação e de mitigação cobriam apenas 5% das necessidades dos países em desenvolvimento. A história indica que cerca

80% dos fundos globais, até então, eram direcionados para medidas de mitigação, sendo que apenas 20% eram utilizados em medidas de adaptação às alterações climáticas.

Nesse mesmo ano foi criado um compromisso por parte dos países desenvolvidos, na Cimeira de Copenhaga, relativo a um pacote financeiro, para a implementação imediata de medidas de adaptação e de mitigação para combate as alterações climáticas. Os valores acordados internacionalmente foram de aproximadamente 30 mil milhões de dólares para o período 2010-2012 (período *Fast Start*) e de 100 mil milhões de dólares por ano até 2020. O financiamento para o *Fast Start* deveria resultar de “recursos financeiros novos e adicionais, previsíveis e adequados, oriundos de fontes públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, incluindo fontes de financiamento alternativas”.

O Financiamento *Fast Start* é considerado um desafio pois requer esforços extra por parte dos países desenvolvidos ao surgir como um financiamento novo e adicional à tradicional APD.

2.2.1. Dimensões do Financiamento *Fast Start*

O Financiamento *Fast Start* pode ser abordado segundo seis critérios: a origem do financiamento; as fontes de financiamento; os tipos de ajuda; os instrumentos; os canais de execução; e os tipos de países recetores:

Quadro 2: **Financiamento *Fast Start***

Origem do Financiamento	Fontes de Financiamento		Tipos de Ajuda	Instrumentos	Canais de Execução	Tipo de Países Recetores
Norte/Sul	Públicas		Adaptação	Concessão de Empréstimos	Bilateral	Países Menos Avançados (PMA)
	APD	OFO		Subsídios		
Sul/Sul	Privadas		Mitigação	Programas	Multilateral	Pequenas Ilhas Pertencentes a Países em Desenvolvimento
Doméstico	Fluxos Privados	Investimentos Privados		Projetos		Países do Continente Africano

Fonte: Andreia Varanda

Origem do Financiamento

A origem do financiamento refere-se à sua origem geográfica. No financiamento *Fast Start* podem classificar-se como:

- Norte-Sul: O financiamento tem origem em países desenvolvidos e é canalizado para países em desenvolvimento;
- Sul-Sul: O financiamento tem origem em países em desenvolvimento e é aplicado num outro país em desenvolvimento. Esta ajuda continua a ser pequena comparada com a ajuda Norte-Sul, embora tenha vindo a aumentar ao longo dos anos;
- Doméstico: O financiamento provém do país que usufruirá do financiamento.

Embora existam três origens geográficas possíveis para o financiamento *Fast Start*, a que se sobressai ao nível internacional, é o financiamento dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento (Norte-Sul).

Fontes de Financiamento

O financiamento *Fast Start* pode ser proveniente de dois tipos de fontes, nomeadamente:

- Das Fontes Públicas: Inclui uma parte da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) definida como “ajuda às alterações climáticas” e Outros Fluxos Oficiais (OFO) definidos especificamente para ajuda à implementação de medidas de adaptação e mitigação.
- Das Fontes Privadas: Inclui capitais privados ou investimentos, embora não exista ainda consenso sobre o que conta efetivamente como “financiamento climático privado”.

Espera-se que durante o período *Fast Start*, os países doadores promovam iniciativas que visem o aumento do financiamento privado. Esta medida a médio/longo prazo aumentará o financiamento total e diminuirá a dependência das habituais fontes públicas para o financiamento climático.

Tipos de Ajuda

Como referido anteriormente, o financiamento *Fast Start* visa a implementação justa e equilibrada de medidas de adaptação e de mitigação nos países mais vulneráveis às consequências das alterações climáticas:

- Adaptação: São medidas que tendem a reduzir as consequências adversas das alterações climáticas, por exemplo, através do investimento na melhoria de infraestruturas e nos mecanismos de defesa costeira;
- Mitigação: São medidas que visam a diminuição das emissões de GEE's para a atmosfera. Estas medidas incluem por exemplo o investimento em energias renováveis, na eficiência energética, na gestão das florestas e na agricultura.

Instrumentos

O financiamento climático pode englobar diversos instrumentos, consoante as necessidades do país recetor e os objetivos da ajuda. Entre várias opções possíveis destacam-se: os subsídios; as atividades; a concessão de empréstimos; os projetos e os programas etc.

Canais de Execução

O financiamento que se destina a medidas de adaptação e mitigação pode ser canalizado para o país recetor através de dois canais de execução:

- Bilateral: Quando financiamento é canalizado diretamente do país doador para o país recetor;
- Multilateral: Quando entre o país doador e o país recetor existem agências, bancos ou organizações internacionais.

Todos os países devem utilizar estes dois canais de execução. Preferencialmente, devem transferir 2/3 do financiamento bilateralmente e 1/3 através de canais multilaterais.

Tipo de Países Receptores

- Países em Desenvolvimento mais vulneráveis: O *Fast Start Finance* dá prioridade aos países em desenvolvimento mais vulneráveis, nomeadamente: os países menos avançados (PMA), as pequenas ilhas pertencentes a países em desenvolvimento e os países do continente Africano.

2.3. Uma Perspetiva Futura: O Financiamento Climático necessário no pós-2012

Na Cimeira de Copenhaga foram definidas quantias para financiar medidas de adaptação e de mitigação, tanto a curto como a médio/longo prazo, pelos países desenvolvidos. A curto prazo (entre 2010 e 2012), definiu-se um financiamento conjunto de aproximadamente 30 mil milhões de dólares, e a médio/longo prazo (2012-2020) de 100 mil milhões de dólares por ano.

Embora seja possível estimar a quantidade de financiamento que existirá no pós-2012 para enfrentar as alterações climáticas, não existem dados suficientes para definir, concretamente, o financiamento que será necessário para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar as adversidades das alterações climáticas no futuro. Com base em dados relativamente escassos, a CQNUAC supõe que anualmente, serão necessárias dezenas ou até centenas de mil milhões de dólares, daí o objectivo comum de financiar 100 mil milhões de dólares, por ano, até 2020.

Segundo o relatório da OCDE de Novembro de 2010⁴², calcula-se que serão necessários os seguintes montantes para o financiamento climático, a médio/longo prazo:

Mitigação – Para o ano de 2030, o CQNUAC estima os seguintes valores: de 65 mil milhões de dólares para a diminuição das emissões de GEE's para a atmosfera; 68 milhões de dólares para medidas de eficiência energética; 32 mil milhões de dólares na substituição dos combustíveis fósseis por novas tecnologias que preservem o meio ambiente; e 12 mil milhões de dólares para medidas REDD⁺.

Adaptação – As metodologias, os anos e os sectores em análise, utilizados por cada país em desenvolvimento, quanto ao financiamento necessário para medidas de adaptação, diferem bastante. No entanto, em 2020, prevêem-se valores entre os 10 e os 100 mil milhões de dólares por ano, embora possam ser superiores devido a eventuais futuras necessidades.

⁴² OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2010), DAC Network on Environment and Development Co-operation: “*Development Perspectives for a Post-Copenhagen Climate Financing Architecture*” [recurso on-line] disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/47/52/47115936.pdf>, páginas 40-42.

Capítulo III: Quatro Casos de Estudo: Dimensões do Financiamento

Fast Start

Neste capítulo é feita uma análise dos mecanismos desenvolvidos no âmbito do *Fast Start Finance* em quatro países, três membros da União Europeia (Reino Unido, Suécia e Portugal) e o Japão. O Japão, o Reino Unido e a Suécia são três dos principais doadores do *Fast Start Finance* para o período 2010-2012. O Japão encabeça a lista dos principais doadores, comprometendo-se a financiar aproximadamente 11 mil milhões de euros, o Reino Unido 1,8 mil milhões de euros e a Suécia 800 milhões de euros. Portugal assegurou também cumprir a sua parte do financiamento, entre 2010-2012, com 36 milhões de euros.

Na preparação da Conferência de Copenhaga, o Conselho Europeu, acordou um pacote de financiamento a disponibilizar pela União Europeia que ascende os 7,2 mil milhões de euros para o período de 2010-2012, correspondendo a 2,4 mil milhões de euros por ano. Neste pacote está incluído o financiamento dos 27 países-membros da União Europeia, como é o caso dos três países em análise: Reino Unido, Suécia e Portugal.

Este capítulo tem como objetivo analisar a forma como cada um dos quatro países aborda o financiamento *Fast Start*. Inicialmente é feita uma pequena introdução quanto ao montante a disponibilizar no período 2010-2012, os objetivos da ajuda e as áreas prioritárias de cada país, e de seguida é feita uma análise sintética baseada nos seis critérios do financiamento *Fast Start*: a origem de financiamento, as fontes de financiamento, os tipos de ajuda, os instrumentos utilizados, os canais de execução e o tipo de países recetores. Esta análise tem como fontes os relatórios *Fast Start Finance* de cada um dos quatro países referentes ao ano 2010.

3.1. Reino Unido

No âmbito do financiamento *Fast Start*, o Reino Unido comprometeu-se a financiar medidas de adaptação e mitigação em cerca de 1,8 mil milhões de euros, entre 2010-2012. O desenvolvimento de parcerias com os países em desenvolvimento para encontrar soluções que abordem as alterações climáticas, as metas de desenvolvimento e o crescimento a longo-prazo é uma prioridade da atuação deste país.

O financiamento climático do Reino Unido é incluído no orçamento quadrienal para a APD e corresponde a menos de 10% dessa mesma ajuda. O Governo Britânico está empenhado em aumentar a sua APD para 0,7% do RNB em 2013 e como tal o financiamento climático “novo e adicional” iniciar-se-á a partir momento em que este valor seja alcançado. Toda a atuação do Reino Unido é baseada nas diretrizes do CAD da OCDE e na transparência através de publicações periódicas de programas e projetos que recebem financiamento *Fast Start*.

A longo-prazo, o Reino Unido, em conjunto com a comunidade internacional, manter-se-á empenhado em identificar novas fontes de financiamento e instituir o *Green Climate Fund*. Quanto á preparação para as necessidades futuras, o Reino Unido sugere que deverá ser assegurado o suporte financeiro, as estratégias nacionais e os resultados; deverá ser melhorado o acesso ao financiamento através de amplos canais; e aproveitadas outras áreas da despesa pública e privada.

Origem do Financiamento

O financiamento proveniente do Reino Unido tem como destino países em desenvolvimento, especialmente países dos continentes Africano e Asiático.

Fontes de Financiamento

O Financiamento Fast Start é considerado parte da APD. Segundo o relatório Fast Start 2010 do Reino Unido, as principais fontes do financiamento destinado a medidas de adaptação e mitigação em 2010/2011, têm sido públicas, embora exista um grande empenho em criar parcerias com fontes privadas.

Tipos de Ajuda

Adaptação

O financiamento para a implementação de medidas de adaptação incluem as seguintes práticas: desenvolver sistemas capazes de gerir a escassez de água ou as inundações; melhorar as condições das casas, escolas e hospitais para que sejam capazes de proteger os cidadãos em caso de inundação; incutir alternativas culturais e agrícolas que se ajustem aos períodos de seca e de calor extremo; dotar os decisores políticos de conhecimentos que lhes permitam implementar medidas de adaptação práticas e específicas, etc.

Mitigação

As medidas de mitigação financiadas pelo Reino Unido visam um crescimento baixo em carbono dos países em desenvolvimento e a preservação das florestas (REDD⁺). A ajuda ao crescimento baixo em carbono é feita através da transferência de tecnologia “limpa” que contribuirá para o desenvolvimento e para a redução da pobreza através da criação de emprego. Reduzir as Emissões por Desflorestação e Degradação Florestal (REDD⁺) é considerada uma das melhores opções para reduzir as emissões de GEE para a atmosfera e reflorestar reduz o armazenamento de CO₂ no planeta. Dentro desta área o Reino Unido pretende dar apoio á criação de estratégias nacionais de REDD⁺ e ajudar na sua implementação.

Instrumentos

A ajuda prestada pelo Reino Unido é feita, em grande parte, através da concessão de empréstimos. Embora os subsídios sejam também um dos instrumentos utilizados, ocupam uma pequena parcela da ajuda. Normalmente as concessões de empréstimos têm 0% de interesse, uma pequena taxa de serviço e um período de reembolso entre 20 a 40 anos.

Canais de Execução

O Reino Unido utiliza os dois canais de execução: bilateral e multilateral. Para 2010/2011, foram aprovados aproximadamente 663 milhões de euros. Este montante foi canalizado através de programas bilaterais (67 milhões de euros) e de fundos multilaterais (596 milhões de euros). As principais Organizações ou Fundos Internacionais para onde o Reino Unido canalizou o financiamento *Fast Start* foram: o “*Climate Investment Funds*” (532 milhões de euros); o “*Congo Basin Forest Fund*” (40 milhões de euros); o “*Forest Carbon Partnership Facility*” (11 milhões de euros); e o “*Global Environment Facility*” (13 milhões de euros).

Tipo de Países Receptores

Os países receptores da ajuda do Reino Unido são, na sua grande maioria, países vulneráveis aos impactos das alterações climáticas dos continentes Africano e Asiático. Destacam-se os seguintes países: a Nigéria, Moçambique, Nepal, Bangladesh, Tajiquistão, Gana, Quénia, Malawi, Etiópia, Honduras, Maldivas, Mali, Colômbia,

Egipto, Indonésia, Cazaquistão, México, Marrocos, Filipinas, África do Sul, Tailândia, Turquia, Ucrânia, Vietname e Congo.

3.2. Suécia

No âmbito do financiamento *Fast Start*, a Suécia comprometeu-se a disponibilizar cerca de 800 milhões de euros para o período 2010-2012. A Suécia é um dos poucos países desenvolvidos que disponibiliza mais de 0,7% do seu RNB para a APD (1,03% do RNB em 2010). O financiamento *Fast Start* “novo e adicional” é contabilizado como APD, e corresponde ao montante que excede os 0,7% do RNB para a APD.

A atuação da Suécia no âmbito do *Fast Start* tem como principais objetivos a diminuição da pobreza, o aumento a capacidade humana para enfrentar as adversidades do clima e a melhoria das condições de vida das populações mais pobres.

Origem do Financiamento

O financiamento tem origem na Suécia e destina-se a países vulneráveis dos continentes Africano e Asiático.

Fontes de Financiamento

O financiamento Sueco é contabilizado como APD, como tal, o financiamento é totalmente proveniente de fontes de financiamento públicas, não havendo indicação de medidas que fomentem o investimento privado na Suécia. Este facto deve-se essencialmente ao grande financiamento Sueco para o desenvolvimento. Este país encabeça a lista de doadores para a APD, com cerca de 1,03% do RNB, que corresponde a aproximadamente 3 mil milhões de euros no ano de 2010.

Tipos de Ajuda

A implementação de medidas de adaptação e de mitigação incidem sobre quatro áreas prioritárias: a prevenção de desastres ambientais, a transferência de tecnologia “limpa”, a capacitação e, o combate á desflorestação e degradação florestal (REDD⁺). Alguns dos projetos representativos da ajuda da Suécia que incluem medidas de adaptação e mitigação para o combate às alterações climáticas são:

Adaptação:

- “*Bangladesh Climate Change Resilience Fund*” (9,7 milhões de euros via multilateral)
- “*Wetlands Alliance II*” (3,5 milhões de euros via multilateral)
- “*NEPAD – Conservation Agriculture*” (1,7 milhões de euros via multilateral)
- “*PROAGRO Phase II – Sweden*” (6,4 milhões de euros via bilateral)
- “*Periurban Water and Sanitation*” (3 milhões de euros via bilateral)
- “*Cambodia Climate Change Alliance*” (2,8 milhões de euros via bilateral)
- “*Climate Change RESO Mali*” (2,8 milhões de euros via bilateral)
- “*IUCN Adaptation Fund*” (2,2 milhões de euros via bilateral)

Mitigação:

- “*Climate Technology Fund (WB)*” (2,4 milhões de euros via multilateral)
- “*GEF additional contribution for mitigation*” (1,8 milhões de euros via multilateral)
- “*GEF Replenishment*” (1,6 milhões de euros via multilateral)
- “*GEF additional contribution for REDD⁺*” (1,2 milhões de euros via multilateral)

Instrumentos

Grande parte do financiamento Sueco para a implementação imediata de medidas de adaptação e mitigação em países em desenvolvimento é feito através de subsídios.

Canais de Execução

Os canais utilizados pela Suécia para financiamento *Fast Start* são via bilateral, e multilateral, sendo que os canais multilaterais são os mais utilizados por este país.

Tipo de Países Receptores

Os territórios para onde é canalizado o financiamento da Suécia são os países menos avançados (PMA) e os países do continente Africano. Alguns dos países recetores da ajuda são: Bolívia, Mali, Burkina Faso (África); Bangladesh e Camboja (Ásia).

3.3. Portugal

Portugal comprometeu-se a contribuir com 12 milhões de euros por ano para o financiamento *Fast Start*, que corresponde a um total de 36 milhões de euros para o período 2010-2012.

O objetivo central da atuação de Portugal consiste no apoio aos países na construção de capacidades, identificação de prioridades, preparação de estratégias de desenvolvimento baixo em carbono e planeamento para implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas.

O financiamento *Fast Start* tem vindo a ser considerado um instrumento da política de cooperação para o desenvolvimento direcionado para ações que abordam as alterações climáticas. Os apoios são em parte concretizáveis como APD e têm em conta a estratégia de atuação da cooperação portuguesa e as prioridades geográficas e sectoriais aprovadas em 2005. O pacote de financiamento *Fast Start* Português, embora seja contabilizado como APD, faz parte do Fundo Português de Carbono.

O GT-*Fast Start* (grupo constituído para executar a iniciativa Portuguesa) baseia a sua atuação nas diretrizes do CAD da OCDE, inclusivamente nos Marcadores do Rio. Para financiamento de atividades, projetos e programas o GT-*Fast Start* apoia-se em específicos critérios de seleção e instrumentos de aprovação, dos quais destaco a Ficha de Análise de Projetos *Fast Start* (ver Anexo D).

Origem do Financiamento

O financiamento tem origem em Portugal e é canalizado para países em desenvolvimento, especialmente para os países parceiros da cooperação portuguesa (PALOP e Timor Leste).

Fontes de Financiamento

O contributo de Portugal para o financiamento *Fast Start* tem vindo a ser considerado parte integrante da política de cooperação para o desenvolvimento, sendo portanto, concretizável como APD (financiamento proveniente de fontes públicas).

Tipos de Ajuda

Os principais tipos de ajuda prestados por Portugal para implementação imediata nos países em desenvolvimento incluem medidas de adaptação e de mitigação.

Adaptação e Mitigação:

As áreas prioritárias de Portugal incluem o apoio á capacitação institucional para o planeamento e aplicação de políticas climáticas de mitigação e adaptação; o acompanhamento e reforço da capacidade de monitorização e reporte de emissões; o planeamento para um desenvolvimento baixo em carbono através da identificação de oportunidades em energias renováveis, eficiência energética, uso do solo e combate á desflorestação e degradação florestal (REDD⁺); e o reforço da capacitação institucional para participação nos processos de negociações internacionais.

Instrumentos

Portugal tem desenvolvido Memorandos de Entendimento, de forma a poder intervir de forma eficaz e de acordo com as necessidades e metas de cada país. O contributo de Portugal é direcionado para ações nas quais empresas e ONGs sejam prestadoras de serviços de referência nos países receptores, fomentando assim as suas internacionalizações. Os instrumentos normalmente utilizados são atividades, projetos e programas para implementação no país recetor.

Canais de Execução

A ajuda prestada por Portugal é feita bilateralmente. Os canais multilaterais encontram-se em fase de análise para uma posterior canalização de uma parte do financiamento.

Tipo de Países Receptores

Os países receptores da ajuda portuguesa, no âmbito do financiamento Fast Start são os países lusófonos africanos, designados por PALOP (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde) e Timor-Leste.

3.4. Japão

Em 2009, na Cimeira de Copenhaga, o Governo do Japão comprometeu-se, no âmbito do *Fast Start Finance*, a disponibilizar aproximadamente 11 mil milhões de euros, para o período 2010-2012.

O principal objetivo do Japão é prestar apoio aos países com mais dificuldades, tirando proveito da sua maior vantagem, a tecnologia avançada. Com a transferência de tecnologia, o Japão pretende contribuir para o desenvolvimento de sociedades

sustentáveis equilibrando o desenvolvimento económico com o respeito pelo ambiente. Os países alvo são os países em desenvolvimento, embora o objetivo deste país seja alargar esta contribuição a todos os países do mundo.

Origem do Financiamento

O financiamento tem origem no Japão e tem como destino países do continente Africano, países menos desenvolvidos e pequenas ilhas de países em desenvolvimento.

Fontes de Financiamento

O financiamento do Japão inclui fontes de financiamento público e privado. O financiamento público, que engloba APD e OFO financiará aproximadamente 8 mil milhões de euros, sendo o restante (3 mil milhões de euros) financiado por fontes privadas.

Fontes Públicas e Fontes Privadas:

O montante de APD para o financiamento *Fast Start* é de 5,3 mil milhões de euros e compreenderá subsídios, cooperação técnica, concessão de empréstimos e contribuição para fundos multilaterais.

Os OFO juntamente com o financiamento proveniente do sector privado financiarão os restantes 5,7 mil milhões de euros. O financiamento privado inclui empréstimos feitos pelo *Japan Bank of International Cooperation* (JBIC), entre outros não especificados no relatório *Fast Start* 2010 do Japão.

O financiamento através de fontes públicas como a APD e os OFO, para implementar medidas de adaptação, mitigação e promover a transferência de tecnologia nos países mais vulneráveis às alterações climáticas não é suficiente. Como tal, o Governo do Japão está empenhado em desenvolver um mecanismo que estimule o investimento do sector privado.

Tipos de Ajuda

Desde a Cimeira de Copenhaga até Setembro de 2010, mais de 5,3 mil milhões de euros, dos 11 mil milhões prometidos pelo Governo do Japão, tinham sido transferidos para medidas de adaptação e mitigação. Foram implementados 367 projetos em mais de 82 países.

Adaptação:

Até Setembro de 2010, para medidas de adaptação, o Japão disponibilizou 298 milhões de euros, dos quais 234 milhões em subsídios e 64 milhões em empréstimos. Os projetos implementados neste âmbito foram:

- Programa para a melhoria das capacidades para lidar com os desastres ambientais causados pelas alterações climáticas (Implementado em 26 países);
- Projetos de reabilitação de infra-estruturas devido a danos causados pelo ciclone tropical *Typhoon*.

Mitigação:

Para medidas de mitigação o Japão disponibilizou 4,8 mil milhões de euros dos quais 29 milhões em subsídios, 2,26 mil milhões em empréstimos e 2,25 mil milhões em OFO (créditos á exportação, participações, investimentos em carteira do sector oficial e reescalonamento da dívida consoante as condições do mercado). Os projetos de mitigação implementados foram:

- Projetos de Energia Solar (Implementado em 32 países);
- Projetos de Energia Eólica;
- Projetos Geotérmicos (Implementado em 2 países);
- Programas de Políticas de Alterações Climáticas;
- Programas de Preservação de Florestas (Implantado em 21 países);
- Contribuição para 12 projetos da “*International Tropical Timber Organization (ITTO)*”.

Outros:

- Assistência aos países em desenvolvimento para enfrentar as alterações climáticas;
- Contribuição para o Fundo Internacional do *World Bank*;
- Contribuição para o “*Climate Investment Funds (CIF)*”

Instrumentos

Os principais instrumentos utilizados pelo Japão para prestação de ajuda são: os subsídios e os empréstimos através de projetos e programas. A maioria da ajuda prestada é feita através da concessão de subsídios.

Canais de Execução

O Japão utiliza os dois canais de execução: bilateral e multilateral. Em grande parte, a ajuda é prestada bilateralmente embora também canalize financiamento para Organizações e Fundos Internacionais.

Tipo de Países Receptores

Os países receptores da ajuda, não estão especificados no relatório do Japão de 2010. O relatório apenas refere países do continente Africano; países menos desenvolvidos; e pequenas ilhas pertencentes a países em desenvolvimento.

Os quatro países comprometeram-se a financiar a implementação de medidas de adaptação e de mitigação no âmbito do Acordo *Fast Start* com valores distintos (Suécia – 800 milhões de euros; Reino Unido – 1,8 mil milhões de euros; Portugal – 36 milhões de euros; e Japão – 11 mil milhões de euros).

O Reino Unido, a Suécia e Portugal contabilizam o seu financiamento *Fast Start* como APD, embora cada um deles contribua com diferentes valores consoante o seu RNB (Reino Unido – 0,56%; Suécia – 1,03%; Portugal – 0,34%).

O financiamento destes quatro países é proveniente de fontes de financiamento públicas (APD e OFO) embora seja reconhecida a necessidade de incentivar o setor privado. O Reino Unido, a Suécia e o Japão canalizam o financiamento para os países recetores via bilateral e multilateral. Portugal apenas canaliza o seu financiamento bilateralmente, embora se encontre em fase de negociação para canalizar parte do financiamento *Fast Start* para Fundos e Organizações Internacionais.

As áreas prioritárias e os meios de atuação diferem de país para país, embora o objetivo central seja comum: combater as alterações climáticas através da implementação de projetos, programas e atividades tanto para adaptar como para mitigar.

Capítulo IV: Análise SWOT – O Futuro do Financiamento Climático

4.1. Análise SWOT

Através de uma análise SWOT procurou-se obter um diagnóstico qualitativo sobre a sustentabilidade futura do processo em questão, neste caso sobre o financiamento *Fast Start*. Esta análise consiste na submissão de hipóteses, baseadas em informação empírica original, num inquérito dividido em quatro questionários que representam as forças, as fraquezas as oportunidades e as ameaças ao futuro do financiamento climático.

Com o inquérito elaborado em duas versões (português e inglês) (ver apêndice C), nos quais baseio a minha Análise SWOT, pretendo identificar as principais implicações que o acordo *Fast Start Finance* trará para o futuro do financiamento climático. As questões centram-se assim no *Fast Start Finance* como parte integrante e impulsionadora do futuro financiamento climático.

Os quatro questionários foram respondidos pelos seguintes oito peritos nacionais e internacionais na área do *Fast Start Finance*: Eduardo Santos do CECAC, Rui Duarte do Ministério das Finanças, Maria do Carmo Fernandes, Sara Santos e Joaquim Dias do IPAD, Sandina Maria Jeloica do Ministério das Finanças da Roménia, Vladislav Dramaliev do Ministério do Ambiente e da Água da Bulgária e Johanna Pietikäinen do Departamento de Políticas de Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia.

4.2. Reflexão sobre os Resultados Obtidos

Os quatro quadros abaixo correspondem aos quatro questionários que fazem parte do inquérito para análise: Questionário I – **Forças** do Financiamento Climático; Questionário II – **Fraquezas** do Financiamento Climático; Questionário III – **Oportunidades** do Financiamento Climático; e Questionário IV – **Ameaças** ao Financiamento Climático. As oito respostas a estes questionários que correspondem aos oito peritos na área do *Fast Start Finance* foram convertidas em percentagem para uma melhor compreensão do leitor.

Quadro 3: **Forças do *Fast Start Finance* para o Financiamento Climático**

Questionário I - Forças do Financiamento Climático				
Vantagens do Acordo <i>Fast Start</i> na estruturação de formas inovadoras para o financiamento a médio-longo prazo	Grau de Importância			
1. A criação de novos mecanismos e instrumentos que facilitam o entendimento, a prestação de ajuda e o aumento do volume de financiamento climático.	1	2	3	4
Total (%)	25%	50%	12,5%	12,5%
2. A criação de mecanismos transparentes de monitorização, reporte e verificação dos fluxos de financiamento climático, que contribui para a criação de fortes laços de confiança entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.	1	2	3	4
Total (%)	12,5%	62,5%	12,5%	12,5%
3. A existência de uma "visão futura" que assegura não só as medidas a tomar no período 2010-2012 (<i>Fast Start Finance</i>) mas também reforça o potencial de aumento de financiamento de médio prazo (2020).	1	2	3	4
Total (%)	12,5%	50%	37,5%	0%

Quadro 4: **Fraquezas do *Fast Start Finance* para o Financiamento Climático**

Questionário II - Fraquezas do Financiamento Climático				
Desvantagens internas do Acordo <i>Fast Start Finance</i> para o futuro do Financiamento Climático	Grau de Importância			
1. A adoção do compromisso "Fast Start Finance" num momento em que os orçamentos nacionais para o ano de 2010 já se encontravam aprovados poderá ter comprometido um início mais rápido da implementação de ações.	1	2	3	4
Total (%)	37,5%	25%	25%	12,5%
2. A falta de incentivo ao financiamento privado que leva à prevalência do financiamento proveniente do sector público.	1	2	3	4
Total (%)	0%	62,5%	25%	12,5%
3. A ausência de regras claras de reporte e verificação quer por parte dos doadores quer dos receptores do financiamento.	1	2	3	4
Total (%)	12,5%	37,5%	25%	25%
4. Progresso mais lento que o expectável ao nível da definição do enquadramento internacional das ações de mitigação e adaptação (Copenhaga-Cancun-Durban).	1	2	3	4
Total (%)	25%	12,5%	37,5%	25%

Quadro 5: Oportunidades do Futuro do Financiamento Climático

Questionário III - Oportunidades para um futuro Financiamento Climático viável				
Aspetos positivos que demonstram a viabilidade do <i>Fast Start Finance</i> enquanto parte integrante do futuro do Financiamento Climático	Grau de Importância			
1. Reforço da capacitação dos Países em Desenvolvimento,	1	2	3	4
Total (%)	0%	37,5%	62,5%	0%
2. Compromisso por parte da generalidade dos países em desenvolvimento em implementar políticas de mitigação e adaptação enquadradas no desenvolvimento de estratégias de baixo carbono.	1	2	3	4
Total (%)	0%	25%	62,5%	12,5%
3. Adoção do objetivo de manter o aumento da temperatura média global abaixo dos 2°C, definindo trajetórias da evolução baixo carbono aos níveis global, regional e local.	1	2	3	4
Total (%)	12,5%	50%	25%	12,5%

Quadro 6: Ameaças ao Futuro do Financiamento Climático

Questionário IV - Ameaças ao futuro do Financiamento Climático				
Aspetos negativos capazes de comprometer o futuro do Financiamento Climático	Grau de Importância			
1. As dificuldades orçamentais dos países desenvolvidos e a redução do apoio financeiro a países em desenvolvimento como consequências da Crise Económica Global.	1	2	3	4
Total (%)	0%	0%	87,5%	12,5%
2. A falta de instituições globais que se adequem aos atuais desafios globais associada às divergências de interesses, normas e valores dos atores da cooperação internacional.	1	2	3	4
Total (%)	25%	37,5%	12,5%	25%

O apuramento da opinião dos peritos envolvidos no processo permitem-me tirar as seguintes conclusões quanto ao futuro do financiamento climático:

Em termos de **Forças** os peritos destacam: a criação de novos mecanismos e instrumentos que facilitam o entendimento, a prestação de ajuda e o aumento do volume de financiamento climático (50%); a criação de mecanismos transparentes de monitorização, reporte e verificação dos fluxos de financiamento climático, que contribui para a criação de fortes laços de confiança entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (62,5%); e a existência de uma "visão futura" que assegura não só as medidas a tomar no período 2010-2012 (*Fast Start Finance*) mas também reforça o potencial de aumento de financiamento a médio prazo (2020) (50%).

No que toca às **Fraquezas**, a adoção do *Fast Start Finance* no momento em que os orçamentos nacionais para o ano de 2010 já se encontravam aprovados, que poderá ter comprometido um início mais rápido da implementação de ações (37,5%) é considerado pelos peritos sem qualquer importância, ou seja, não é considerada uma fraqueza para o futuro financiamento climático.

A falta de incentivo ao financiamento privado que leva à prevalência do financiamento proveniente do sector público (62,5%); e a ausência de regras claras de reporte e verificação quer da parte dos doadores quer da parte dos receptores do financiamento (37,5%) são consideradas fraquezas internas do Acordo *Fast Start* de importância razoável para o futuro.

Por último, a existência de um progresso mais lento que o expectável ao nível da definição do enquadramento internacional das ações de mitigação e adaptação nas Cimeiras de Copenhaga, Cancun e Durban (37,5%) são consideradas fraquezas de grande importância do *Fast Start Finance* que comprometem tanto o financiamento presente como o financiamento futuro.

Os peritos encaram como **Oportunidades**, o reforço da capacitação dos países em desenvolvimento (62,5%) e a existência de um compromisso por parte da generalidade dos países em desenvolvimento em implementar políticas de mitigação e adaptação enquadradas no desenvolvimento de estratégias de baixo carbono (62,5%) são consideradas oportunidades de grande importância para o futuro do financiamento climático.

A opinião dos peritos leva a concluir que é uma oportunidade de importância razoável, o objetivo de manter o aumento da temperatura média global abaixo dos 2°C através da definição de trajetórias da evolução baixo carbono aos níveis global, regional e local.

Finalmente em termos de **Ameaças**, a esmagadora maioria dos peritos (87, 5%) considera que as dificuldades orçamentais dos países desenvolvidos e a redução do apoio financeiro a países em desenvolvimento como consequências da Crise Económica e Financeira Global são de grande importância para o financiamento climático, podendo comprometê-lo.

No entanto, a falta de instituições globais que se adequem aos atuais desafios globais associada às divergências de interesses, normas e valores dos atores da cooperação internacional (37,5%), é considerada um aspeto negativo menos capaz de comprometer o futuro do financiamento climático, ou seja, na opinião dos oito peritos esta questão é um aspeto de importância razoável.

Considerações Finais

O *Fast Start Finance* surgiu da Cimeira de Copenhaga como um “impulso” ao financiamento climático. Este Acordo destaca-se pela sua urgência e pela novidade. As expectativas para o período pós *Fast Start* incluem um aumento significativo do financiamento climático e, por parte dos países desenvolvidos, uma maior promoção de iniciativas para mobilizar recursos de fontes privadas, diminuindo assim a dependência das fontes de financiamento públicas. Este acordo tem em conta tanto as necessidades presentes (2010-2012) como as necessidades futuras (pós-2012), podendo assim ser também considerado como um “período experimental” de preparação para a implementação de medidas de maior impacto no período pós-2012.

Os países comprometeram-se e encontram-se empenhados em financiar medidas de adaptação e de mitigação nos países mais vulneráveis às consequências das alterações climáticas. Os quatro casos de estudo deste relatório foram o Reino Unido, a Suécia, Portugal e o Japão. As diferenças entre estes quatro países quanto aos seus objetivos e prioridades, ao fluxo de financiamento, às fontes de financiamento, aos tipos de ajuda prestada, aos instrumentos utilizados, aos canais de execução e ao tipo de países recetores da ajuda, permite-me afirmar que a comunidade internacional encontra-se cada vez mais empenhada em contribuir para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis através do equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação do ambiente.

A análise SWOT, que teve como base respostas de oito peritos na área do *Fast Start Finance*, permitiu-me obter um diagnóstico qualitativo sobre as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças ao futuro do financiamento climático. Embora existam dificuldades dada a atual crise económica e financeira e a falência da governação global, alcançar o objetivo comum do *Fast Start Finance* é essencial para alcançar um futuro baixo em carbono, para desenvolver parcerias baseadas na confiança entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, para promover o desenvolvimento e o bem-estar das populações, etc.

As Alterações Climáticas são hoje uma preocupação que deve ser tida em conta em todos os Acordos Internacionais. Conjuguar a preservação do clima com o desenvolvimento económico, bem como ajudar as populações mais desfavorecidas para

se adaptarem às alterações climáticas é urgente e um sinal de que somos realmente países desenvolvidos, a todos os níveis.

Referências Bibliográficas

Livros:

AFONSO, M. M. e FERNANDES, A. P., “abCD Introdução á Cooperação para o Desenvolvimento, Revista Fórum DC (www.forumdc.net), Instituto Marquês de Valle Flôr e Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, Colprinter, Lda., 2005, 15-71.

F. D. Santos, “Problemática das Alterações Climáticas no Início do Século XXI”, em: Santos, F. D. e Miranda P. (ed), “Alterações Climáticas em Portugal: Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projecto SIAM II”, Gradiva: Lisboa, 2006.

Registos Publicados em Conferência:

PARIS, R. (2011), “*Climate and Development: Global Trend through OECD Statistics*”, Workshop: “Integração das Alterações Climáticas na Cooperação para o Desenvolvimento” (pág. 10), Lisboa, OCDE.

Recursos Eletrónicos/ Fontes Computorizadas:

APA (Agência Portuguesa do Ambiente), “Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) e Protocolo de Quioto” [recurso on-line] disponível em:

<http://www.apambiente.pt/Instrumentos/ConvencoesAcordosMultilaterais/ProtocoloDeQuioto/Paginas/default.aspx> (última visita dia 13/10/2011).

CECAC (Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas) (2011), “Memorando *Fast Start*”, Lisboa, Portugal.

CIS (Center for Comparative and International Studies) Working Paper Nr.66, 2010 “*Keeping a big promise: options for baselines to assess “new and additional” climate finance*”, Center for Comparative and International Studies (ETH Zurich and University of Zurich) [recurso on-line] disponível em: http://www.cis.ethz.ch/publications/publications/2010_WP66_Stadelmann_Michaelowa.pdf (última visita dia 01/12/2011)

Delegation of Japan to COP16 (December 2010), “*Japan’s Fast-Start Financing for Developing Countries up to 2012 (As of 30 September, 2010)*” [recurso on-line] disponível em:

[http://www.faststartfinance.org/sites/default/files/documents/Revised](http://www.faststartfinance.org/sites/default/files/documents/Revised%20Japan's%20Fast-Start%20Finance.pdf) Japan's Fast-Start Finance..pdf.

Department of Energy & Climate Change e UKaid from the Department for International Development (2010), “*UK Fast Start Climate Change Finance*”, [recurso on-line] disponível em:

<http://www.faststartfinance.org/sites/default/files/documents/BROCHURE%20UK%20FAST%20START.pdf>.

Fast Start Finance (2011), [recurso on-line] disponível em: <http://www.faststartfinance.org/home> (última visita em 28/02/2012).

Fast Start Finance (2011), “*Contributing Countries: Sweden*” [recurso on-line] disponível em: http://www.faststartfinance.org/contributing_country/sweden.

IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) – MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros) (2010) “Diário da República, 2.ª série — N.º 197 — 11 de Outubro de 2010, Despacho nº 15296/2010” [recurso on-line] disponível em: http://www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoDesenvolvimento/Ambiente%20e%20Alteracao%20Climaticas/Documents/Desp15296_2010.pdf.

IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) (2010) “Contribuição de Portugal para os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, Relatório 2009 - Anexo I: Lista dos Objetivos, Metas e Indicadores do Milénio” [recurso on-line] disponível em: http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/ObjectivosDesenvolvimentoMilenio/Documents/RelatorioODM_final2009.pdf.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (2007), “*Climate Change 2007: Synthesis Report*”, *Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, [recurso on-line] disponível em : http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr.pdf Core Writing Team, Pachauri, R.K. and Reisinger, A. (eds.), IPCC, Geneva, Switzerland.

Jornal Oficial da União Europeia (2009), “Consequências da Crise Financeira e Económica nos países em Desenvolvimento: Resolução do Parlamento Europeu, de 8 de Outubro de 2009, sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento” (2010/C 230 E/02) [recurso on-line] disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:230E:0007:0010:PT:PDF>.

Jornal Oficial da União Europeia, “Consequências da Crise Financeira e Económica nos países em Desenvolvimento: Resolução do Parlamento Europeu, de 8 de Outubro de 2009, sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento (2010/C 230 E/02)” [recurso on-line] disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:230E:0007:0010:PT:PDF>

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2010), “*Development Co-operation Report 2010*”, [recurso on-line] disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/fulltext/4310031e.pdf?expires=1322850127&id=id&accname=guest&checksum=930E75317BA8AC5EDB37D5809C1C1578>, © OCDE 2010.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2011), “*Handbook on the OECD-DAC Climate Markers*” [recurso on-line] disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/56/18/48785310.pdf>, OECD September 2011.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e IEA (International Energy Agency) (2011), “*Monitoring and Tracking Long-Term Finance to Support Climate Action*” [recurso on-line] disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/57/57/48073739.pdf>, Copiright OCDE/IEA.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2010), DAC Network on Environment and Development Co-operation: “*Development Perspectives for a Post-Copenhagen Climate Financing Architecture*” [recurso on-line] disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/47/52/47115936.pdf> (última visita dia 01/12/2011).

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), “*Members and Partners*” [recurso on-line] disponível em:

http://www.oecd.org/pages/0,3417,en_36734052_36761800_1_1_1_1_1,00.html

(última visita dia 1/12/2011).

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), “*OECD Home: Better policies for better lives*” [recurso on-line] disponível em:

http://www.oecd.org/home/0,2987,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html

(última visita dia 01/12/2011).

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), “*Official Development Assistance – definition and coverage*” [recurso on-line] disponível em:

http://www.oecd.org/document/4/0,3746,en_2649_34447_46181892_1_1_1_1,00.html

(última visita dia 16/10/2011).

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), “*DAC List of ODA Recipients: Effective for reporting on 2009 and 2010 flows*” [recurso on-line]

disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/32/40/43540882.pdf> (última visita dia

12/10/2011).

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), “*Donors’ mixed aid performance for 2010: sparks concern*”, [recurso on-line] disponível em:

http://www.oecd.org/document/20/0,3746,en_21571361_44315115_44617556_1_1_1_1,00.html

(última visita dia 01/12/2011).

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), Development Co-operation Directorate (DCD-DAC) “*Focus on Aid Targeting the Objectives of the Rio Conventions*”,

[recurso on-line] disponível em:

http://www.oecd.org/document/6/0,3746,en_2649_34447_43843462_1_1_1_1,00.html

(última visita dia 27/02/2012).

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), Development Co-operation Directorate (DCD – DAC) (2012) “*DAC List of ODA Recipients – Effective for reporting on 2011, 2012 and 2013 flows*” [recurso on-line] disponível em:

<http://www.oecd.org/dataoecd/9/50/48858205.pdf>.

UN (United Nations) (2011), *“The Millennium Development Goals Report 2011”*, [recurso on-line] disponível em: [http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/\(2011_E\)%20MDG%20Report%202011_Book%20LR.pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/(2011_E)%20MDG%20Report%202011_Book%20LR.pdf), United Nations, New York 2011.

UNEP (United Nation Environment Programme) (2007), *“Global Environment Outlook GEO4: Environment for Development”*, [recurso on-line] disponível em: http://www.unep.org/geo/GEO4/report/GEO-4_Report_Full_en.pdf, United Nation Environment Programme, Copyright © 2007.

UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change), *“The Cancun Agreements: Key Steps of the United Nations Climate Change Conference”*, [recurso on-line] disponível em: <http://cancun.unfccc.int/> (última visita dia 02/11/2011).

World Bank (2010), *“World Development Report 2010: Development and Climate Change”*, [recurso on-line] disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2010/Resources/5287678-1226014527953/WDR10-Full-Text.pdf>, The World Bank, Washington, DC.

World Economic Forum (2011), *“Global Risks 2011, Sixth Edition – An Initiative of the Risk Response Network”*, [recurso on-line] disponível em: <http://riskreport.weforum.org/>, World Economic Forum em colaboração com Marsh & McLennan Companies, Swiss Reinsurance Company, Wharton Center for Risk Management, University of Pennsylvania, Zurich Financial Services @ Cologny/Geneva Switzerland 2011.

World Economic Forum (2012), *“Global Risks 2012, Seventh Edition – An Initiative of the Risk Response Network”*, [recurso on-line] disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2012.pdf, World Economic Forum em colaboração com Marsh & McLennan Companies, Swiss Reinsurance Company, Wharton Center for Risk Management, University of Pennsylvania, Zurich Financial Services @ Cologny/Geneva Switzerland 2012.

WRI (World Resources Institute), *“Reflections on the Cancun Agreements”*, [recurso on-line] disponível em: <http://www.wri.org/stories/2010/12/reflections-cancun-agreements> (última visita dia 02/11/2011).

Anexos

**Anexo A: Despacho *Fast Start Finance*
publicado em Diário da República**

**Despacho N° 15296/2010 Publicado em Diário da
República, 2ª Série, N° 197, Dia 11 de Outubro de 2010**

**Despacho n.º 15296/2010 publicado em Diário da República, na 2.^a série,
N.º 197 dia 11 de Outubro de 2010: “Fast Start Finance”**

Diário da República, 2.^a série — N.º 197 — 11 de Outubro de 2010 **50183**

**MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS
E DO AMBIENTE E DO
ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO**

Despacho n.º 15296/2010

O Acordo de Copenhaga representa o mais significativo compromisso político em matéria de alterações climáticas desde a adopção do Protocolo de Quioto e dos Acordos de Marraquexe, que definiram as suas regras de implementação.

Não obstante o seu estatuto particular no seio das negociações no âmbito das Nações Unidas, aquele Acordo representa um compromisso político possível, negociado ao mais alto nível pelos responsáveis das principais economias do mundo, identificando as alterações climáticas como o maior desafio da actualidade e reconhecendo a necessidade de reduzir as emissões antropogénicas de gases com efeito de estufa, de forma a limitar o aumento da temperatura global a um máximo de 2 °C.

O reconhecimento da urgência e da escala do desafio das alterações climáticas levou à introdução da noção de «medidas de implementação imediata», designadas *fast start*, em países em vias de desenvolvimento, descritas sumariamente como acções visando a preparação de medidas de maior impacto no período pós-2012.

O Acordo de Copenhaga traduz esta noção ao formalizar um compromisso, por parte dos países desenvolvidos, em providenciar recursos financeiros novos e adicionais, previsíveis e adequados, oriundos de uma série de fontes

públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, incluindo fontes de financiamento alternativas, no valor aproximado de 30 mil milhões de dólares para o período de 2010-2012.

As áreas a financiar neste âmbito deverão cobrir o reforço das acções de mitigação, incluindo redução de emissões de desflorestação; o reforço de acções de adaptação; o reforço do desenvolvimento e transferência de tecnologia; o reforço da capacitação institucional.

A implementação deverá procurar um equilíbrio entre o financiamento destinado a acções de adaptação e mitigação, dando prioridade aos países em desenvolvimento mais vulneráveis, em particular os países menos avançados, pequenos Estados insulares e a África.

Na preparação da Conferência de Copenhaga, o Conselho Europeu, realizado em 10 e 11 de Dezembro de 2009, acordou num pacote de financiamento a disponibilizar pela União Europeia que ascende a 7,2 mil milhões de euros para o período de 2010-2012, correspondendo a 2,4 mil milhões de euros por ano.

Neste contexto, Portugal comprometeu-se a contribuir com um valor de 12 milhões de euros por ano, durante o mesmo período, correspondendo a um total de 36 milhões de euros para o referido triénio.

Este contributo financeiro deverá ser considerado como instrumento da política de cooperação para o desenvolvimento, com especial enfoque nos países parceiros da cooperação portuguesa, e direccionado para acções relacionadas com alterações climáticas

ou acções que integrem a vertente das alterações climáticas.

Os apoios serão, em parte, concretizáveis como ajuda pública ao desenvolvimento (APD), pelo que importa ter presente a estratégia da cooperação portuguesa e as prioridades geográficas e sectoriais, aprovadas em 2005 através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, de 22 de Dezembro.

Estas prioridades estão actualmente centradas nos países de língua e expressão portuguesa, em particular os PALOP e Timor-Leste, sendo que todos estes países pertencem ao grupo dos países mais vulneráveis às alterações climáticas.

Em virtude do reconhecimento de que a temática Ambiente, e em particular as alterações climáticas, é uma área de crescente interesse para a cooperação portuguesa, foi constituída, na sequência da Conferência de Copenhaga, uma *task force* interministerial, liderada pelos Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Ambiente para a coordenação do *dossier*.

Neste contexto, e com o objectivo de regular a aplicação do compromisso financeiro de Portugal, importa definir as regras de aplicação da Iniciativa Portuguesa de Implementação Imediata (*fast start*) em Matéria de Alterações Climáticas, bem como atribuir a responsabilidade pela sua execução.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — É constituído um grupo de trabalho (GT *fast start*) com vista à execução da Iniciativa Portuguesa de Implementação Imediata em Matéria de Alterações Climáticas no período de 2010-2012.

2 — O GT *fast start* é composto por representantes do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. (IPAD), e do Comité Executivo da

Comissão para as Alterações Climáticas (CECAC).

3 — Para a prossecução do seu objectivo, compete ao GT *fast start* analisar e emitir parecer técnico sobre as actividades, os projectos ou os programas a financiar no contexto da actuação imediata em matéria de alterações climáticas, fazer o seu acompanhamento e avaliação, nos termos definidos no regulamento, bem como identificar as respectivas fontes de financiamento.

4 — O GT *fast start* é coordenado conjuntamente pelo IPAD e pelo CECAC, competindo a este último prestar todo o apoio logístico e administrativo.

5 — O GT *fast start* pode solicitar a colaboração de outros ministérios ou organismos do Estado cujas competências sejam consideradas relevantes para a sua actividade.

6 — Os pareceres emitidos pelo grupo de trabalho são homologados pelos membros do Governo que tutelam a área da cooperação para o desenvolvimento e do ambiente.

7 — O GT *fast start* desenvolve a sua actividade até à integral execução das actividades, projectos ou programas aprovados e apresenta aos membros do Governo acima enunciados relatórios de execução anual, que servem de contributo ao relatório anual a apresentar pela União Europeia.

8 — Com o presente despacho é ainda aprovado o Regulamento da Iniciativa Portuguesa de Implementação Imediata em Matéria de Alterações Climáticas, anexo ao presente despacho, e do qual faz parte integrante.

24 de Setembro de 2010. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho*. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*.

**Regulamento da Iniciativa
Portuguesa de Implementação
Imediata em Matéria de Alterações
Climáticas (*fast start*)**

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento visa regular o apoio a actividades, projectos e programas em matéria de alterações climáticas no âmbito dos compromissos de Portugal para o período de actuação imediata que decorre entre 2010 e 2012.

Artigo 2.º

Âmbito e fonte de financiamento

1 — A Iniciativa Portuguesa de Implementação Imediata em Matéria de Alterações Climáticas, adiante denominada *fast start*, é dirigida aos países em desenvolvimento, nomeadamente em actividades, projectos e programas que visem o desenvolvimento de capacidades, a identificação de prioridades, a preparação das suas estratégias de desenvolvimento de baixo carbono e ou o planeamento para a implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas.

2 — As actividades, projectos e programas *fast start* são submetidos ao Fundo Português de Carbono, sem prejuízo da possibilidade de ocorrer financiamento, no todo ou em parte, de outras entidades e organismos, nacionais ou internacionais, incluindo fontes de financiamento alternativas, como seja o caso de receitas de leilão de licenças de emissão relativas à aviação, no âmbito do comércio europeu de licenças de emissão.

Artigo 3.º

Prazo de aplicação

O apoio *fast start* é aplicado ao longo do triénio de 2010-2012, podendo, contudo, a execução das actividades, projectos ou programas aprovados neste âmbito estender-se além deste período.

Artigo 4.º

Apresentação de propostas, processo de análise e aprovação de apoios

1 — As propostas de actividades, projectos e programas a desenvolver e apoiar deverão ser apresentadas pelas autoridades dos países parceiros onde o projecto deva ser implementado, adoptando-se para o efeito os procedimentos em vigor no Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. (IPAD), e durante o período *fast start* (2010-2012).

2 — Poderão ser admitidas propostas de actividades, projectos ou programas apresentadas directamente por entidades do sector privado, seja da sociedade civil seja de empresas, desde que estas demonstrem, através de declaração escrita emitida pelas autoridades do país onde a actividade, projecto ou programa deva ser implementado, em como têm pleno conhecimento da acção e a apoiam.

3 — Em ambos os casos, as propostas devem ser apresentadas mediante a utilização do formulário-tipo do IPAD.

4 — As propostas e os documentos que as instruem devem ser enviados, em simultâneo e por via electrónica para o IPAD (cooperacao.portuguesa@ipad.mne.gov.pt) e para o Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (CECAC) (info@CLIMA.pt), sendo que o segundo os fará circular pelos restantes elementos do GT *fast start*.

5 — São igualmente elegíveis propostas de financiamento apresentadas por organizações internacionais, bem como propostas de contribuições para fundos multilaterais cujo principal objectivo esteja relacionado com a temática alterações climáticas.

6 — Os procedimentos para prestar o apoio financeiro a actividades, projectos ou programas serão instruídos pela(s) entidade(s), financiadora(s), em conformidade com os procedimentos instituídos pela(s) mesma(s).

7 — Em casos de co-financiamento, poderão ser determinadas responsabilidades partilhadas, a acordar pelas respectivas entidades.

Artigo 5.º

Acompanhamento e avaliação das actividades, projectos ou programas

1 — O acompanhamento e a avaliação da execução das actividades, projectos e programas apoiados faz-se através de modalidades de prestação transparente de informação pelas entidades executoras dos mesmos ao GT *fast start*, nomeadamente através da apresentação de relatórios anuais e com base nos indicadores definidos por ocasião da aprovação dos mesmos.

2 — Os pagamentos decorrentes dos compromissos assumidos serão feitos mediante condições a acordar entre as partes.

3 — Quando os apoios igualem ou ultrapassem o valor de 500 mil euros, poderá vir a ser exigida a apresentação de relatório de auditoria externa ao projecto, nomeadamente sobre a adequada aplicação do financiamento.

4 — As entidades e os organismos que prestam apoio financeiro neste âmbito disponibilizam informação ao GT *fast start* para elaboração do relatório de execução anual a apresentar aos membros do Governo que tutelam a

área da cooperação para o desenvolvimento e ambiente.

Artigo 6.º

Prioridades e critérios para aprovação

1 — Na análise de actividades, projectos e programas a apoiar no âmbito da *fast start*, serão consideradas áreas prioritárias e orientações gerais:

a) Apoio à capacitação institucional dos principais actores envolvidos no desenvolvimento e aplicação de políticas com incidência e relevância nas políticas climáticas de mitigação e adaptação;

b) Apoio ao reforço da capacidade de monitorização e reporte de emissões, incluindo elaboração de comunicações nacionais e estratégias de baixo carbono. Caracterização e quantificação de emissões nos principais sectores de actividade económica e identificação de oportunidades de redução de emissões, em particular em energias renováveis; eficiência energética e uso do solo, alterações de uso do solo e combate à desflorestação e degradação florestal (REDD);

c) Apoio à capacitação institucional para participação no processo negocial no âmbito das Nações Unidas e para identificação de oportunidades de parceria com outras agências bilaterais ou multilaterais;

d) Apoio ao reforço da capacidade para o planeamento e implementação de medidas e projectos de adaptação às alterações climáticas;

e) Enquadramento e integração nas políticas de desenvolvimento sectoriais e de combate à pobreza dos países parceiros;

f) Contributo para as prioridades estratégicas definidas nos programas indicativos de cooperação;

g) Enquadramento nos memorandos de entendimento ou protocolos

específicos assinados com os países parceiros da cooperação portuguesa;

h) Identificação de projectos potencialmente configuráveis no contexto de investimentos geradores de créditos de carbono, mecanismo de desenvolvimento limpo ou outros;

i) Enquadramento em, ou contributo para a, definição de uma estratégia de desenvolvimento de baixo carbono de médio e longo prazo;

j) Contributo para a criação e o desenvolvimento de capacidade interna, incluindo ao nível do planeamento de médio-longo prazo;

l) Contributo para uma alteração duradoura do nível de emissões (*baseline*) e que evitem a consolidação de um nível de emissões mais elevado, designadamente através do investimento continuado em infraestruturas poluentes, havendo alternativas válidas, focando em particular no desenvolvimento de fontes de energia endógenas/renováveis;

m) Benefícios em mitigação e ou adaptação, bem como co-benefícios noutras áreas de política, incluindo para além do período de 2010-2012;

n) Contributo para um equilíbrio entre apoio a acções de mitigação e

adaptação e através de canais bilaterais e multilaterais, incluindo os definidos no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas;

o) Possibilidade do desenvolvimento de capacidades e a identificação de potenciais sectores e projectos enquadráveis no mercado de carbono, em particular no mecanismo de desenvolvimento limpo, sendo que o apoio *fast start* não será utilizado para investimento directo em projectos que gerem reduções de emissões transacionáveis («créditos de carbono») no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo;

p) Contributo para a mobilização de investimento privado ou de outras fontes de co- financiamento.

2 — Na concretização dos compromissos no âmbito da *fast start* será dada particular atenção à estabilidade dos fluxos financeiros já comprometidos, em particular considerando que os projectos e programas poderão ser de execução plurianual.

203756824

Anexo B: “Global Risks 2011”

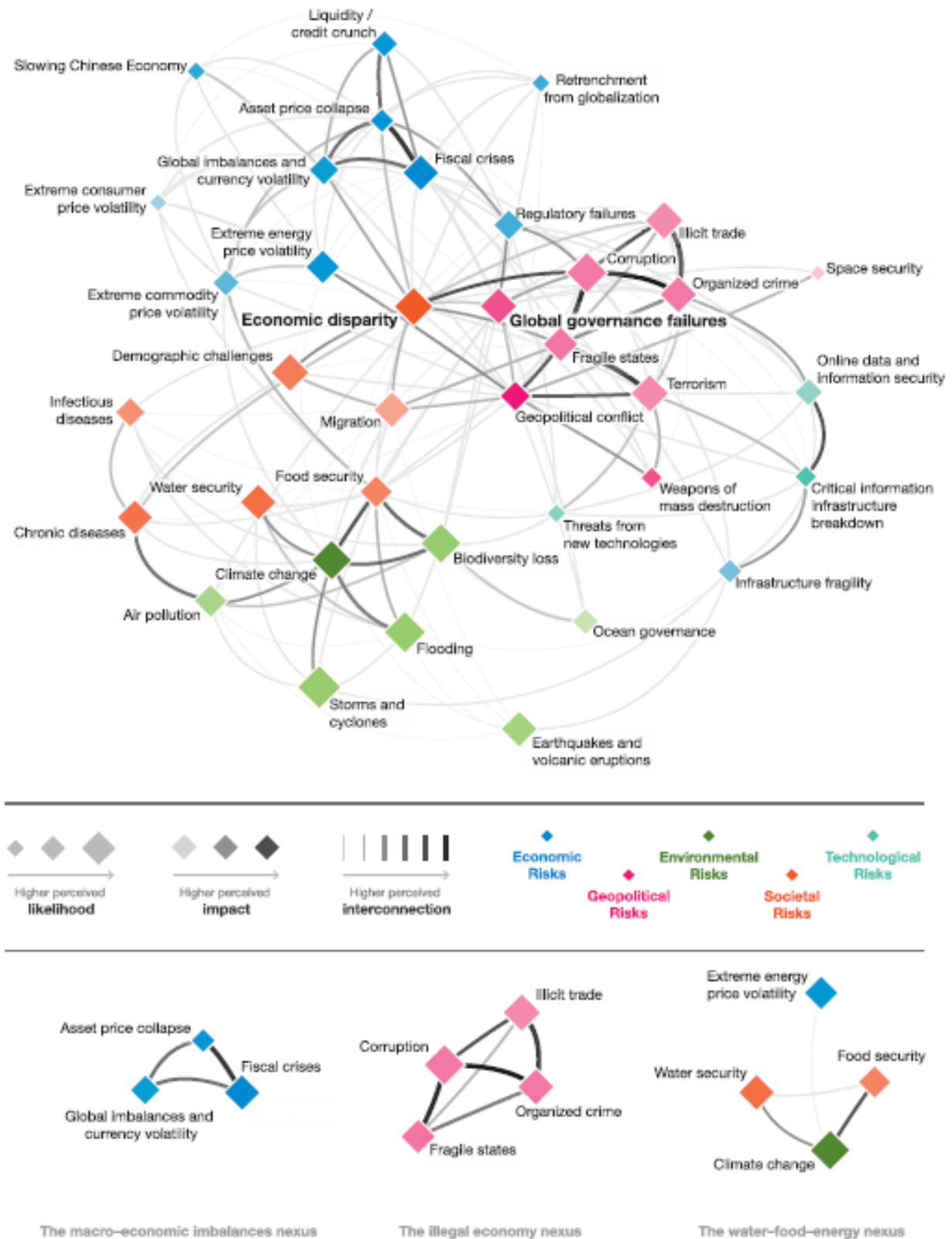
“Global Risks 2011”



Fonte: World Economic Forum (2011), “Global Risks 2011, Sixth Edition – An Initiative of the Risk Response Network”, [recurso on-line] disponível em: <http://riskreport.weforum.org/>, Figure 1.

Anexo C: “Risks Interconnection Map”

“Risks Interconnection Map”



Fonte: World Economic Forum (2011), “Global Risks 2011, Sixth Edition – An Initiative of the Risk Response Network”, [recurso on-line] disponível em: <http://riskreport.weforum.org/>, Figure 2.

Anexo D: Riscos Ambientais 2012

O Aumento das Emissões de GEE's no Centro da Categoria Ambiental



Fonte: World Economic Forum (2012), “Global Risks 2012, Seventh Edition – An Initiative of the Risk Response Network”, [recurso on-line] disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2012.pdf, página 39.

Anexo E: Modelo de Análise de Projetos *Fast Start*

Ficha de Análise de Projetos *Fast Start*

1. Introdução

Indicação do que é apresentado, quais os promotores, contexto em que é apresentado, constrangimentos (se aplicável) que rodearam a apresentação da proposta.

2. Descrição e Análise

2.1. Antecedentes

2.2. Resumo do Projecto

- Breve descrição dos objetivos e resultados esperados.

2.3. Análise

2.3.1. Relevância

- Demonstração da relevância do projeto para o contexto Fast Start
- O projeto é coerente com o PIC do país ou quando extra-PIC com a estratégia da cooperação portuguesa?
- Existem outras intervenções no sector/área e poderá haver complementaridade ou duplicação?
- A estruturação lógica da intervenção é coerente e adequada à resolução dos problemas identificados?
- A escolha dos beneficiários diretos é adequada para a resolução dos problemas identificados?
- As questões do género são devidamente equacionadas?
- Projetos dirigidos a Estados Frágeis deverão ser analisados tendo em conta as suas especificidades.¹

2.3.2. Viabilidade (íntegra o ponto relativo à capacidade operacional)

- A escolha dos parceiros é adequada para a resolução dos problemas identificados?
- Os parceiros e beneficiários participaram na elaboração da intervenção e vão participar na sua implementação?
- O executor tem experiência e/ou capacidade operacional para implementar o projeto?
- Os meios humanos, técnicos e financeiros são adequados para que sejam alcançados os resultados esperados?

- Foram acautelados pressupostos relevantes ou tidos em consideração condicionalismos externos?

2.3.3. Sustentabilidade

- A metodologia proposta promove a apropriação?
- As atividades e meios (humanos, técnicos, tecnologias) adequam-se ao contexto local e à resolução dos problemas?
- Existem perspetivas de continuidade, consolidação ou reforço da intervenção após o seu término (autonomia funcional, constrangimentos humanos, técnicos, financeiros, enquadramento legal)?

2.3.4. Orçamento (integra o ponto relativo à eficiência)

- Referir o valor global do projeto apresentado pelo promotor, e inserir o mapa de origem e aplicação dos fundos (anexo V-A da Ficha de Apresentação de Projetos). Deverá classificar-se a aplicação dos fundos pela sua natureza e não pelo número de atividades (ex: formação em Portugal, formação no país beneficiário, assistência técnica, investimentos, etc).
- As despesas são elegíveis para financiamento no âmbito Fast Start e são pertinentes para realizar as atividades e resultados esperados?

2.3.5. Mecanismos de Controlo e Acompanhamento

- As responsabilidades das entidades envolvidas na execução do projeto estão definidas de forma clara e exequível?
- Os mecanismos de controlo e acompanhamento da implementação do projeto são adequados?
- Os indicadores de acompanhamento e de resultados estão definidos e são adequados? Se necessário fazer uma proposta.
- A formalização do apoio vai ser objeto de algum instrumento contratual (protocolo, acordo, carta contrato)?

2.3.6. Critérios Fast Start

- Em que medida o projeto preenche os critérios *fast start* identificados (anexo)

3. Conclusão e Proposta do GT Fast Start

- Referir os compromissos assumidos.
- Referir de forma conclusiva os aspetos mais relevantes da análise.

- Referir outras questões ou constrangimentos considerados relevantes.
- Identificação de fonte de financiamento.
- Aprovação da minuta de protocolo/acordo/carta contrato.

Anexo: Modelo de avaliação face aos critérios Fast Start

Crítérios	Comentários
a) Apoio à capacitação institucional dos principais atores envolvidos no desenvolvimento e aplicação de políticas com incidência e relevância nas políticas climáticas de mitigação e adaptação	
b) Apoio ao reforço da capacidade de monitorização e reporte de emissões, incluindo elaboração de comunicações nacionais e estratégias de baixo carbono. Caracterização e quantificação de emissões nos principais sectores de atividade económica e identificação de oportunidades de redução de emissões, em particular em energias renováveis; eficiência energética e uso do solo, alterações de uso do solo e combate à desflorestação e degradação florestal (REDD)	
c) Apoio à capacitação institucional para participação no processo negocial no âmbito das Nações Unidas e para identificação de oportunidades de parceria com outras agências bilaterais ou multilaterais	
d) Apoio ao reforço da capacidade para o planeamento e implementação de medidas e projetos de adaptação às alterações climáticas	
e) Enquadramento e integração nas políticas de desenvolvimento sectoriais e de combate à pobreza dos países parceiros	
f) Contributo para as prioridades estratégicas definidas nos programas indicativos de cooperação	
g) Enquadramento nos memorandos de entendimento ou protocolos específicos assinados com os países parceiros da cooperação portuguesa	

Critérios	Comentários
h) Identificação de projetos potencialmente configuráveis no contexto de investimentos geradores de créditos de carbono, mecanismo de desenvolvimento limpo ou outros	
i) Enquadramento em, ou contributo para a, definição de uma estratégia de desenvolvimento de baixo carbono de médio e longo prazo	
j) Contributo para a criação e o desenvolvimento de capacidade interna, incluindo ao nível do planeamento de médio-longo prazo	
l) Contributo para uma alteração duradoura do nível de emissões (baseline) e que evitem a consolidação de um nível de emissões mais elevado, designadamente através do investimento continuado em infraestruturas poluentes, havendo alternativas válidas, focando em particular no desenvolvimento de fontes de energia endógenas/renováveis	
m) Benefícios em mitigação e ou adaptação, bem como co-benefícios noutras áreas de política, incluindo para além do período de 2010-2012	
n) Contributo para um equilíbrio entre apoio a ações de mitigação e adaptação e através de canais bilaterais e multilaterais, incluindo os definidos no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas	
o) Possibilidade do desenvolvimento de capacidades e a identificação de potenciais sectores e projetos enquadráveis no mercado de carbono, em particular no mecanismo de desenvolvimento limpo, sendo que o apoio fast start não será utilizado para investimento directo em projectos que gerem reduções de emissões transaccionáveis («créditos de carbono») no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo	
p) Contributo para a mobilização de investimento privado ou de outras fontes de co-financiamento	

Fonte: CECAC (Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas), 19/11/2010.

Apêndices

Apêndice A: Quadro de Objetivos, Metas e Indicadores do Milênio (ODM)

Quadro de Objetivos, Metas e Indicadores do Milénio (ODM)

OBJECTIVO 1: ERRADICAR A POBREZA EXTREMA	
Metas	Indicadores
Meta 1: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia.	1. População que vive abaixo de 1 dólar dia (%); 2. Hiato da Pobreza (taxa); 3. Parcela dos 20% mais pobres no rendimento nacional ou consumo.
Meta 2: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas que sofre de fome.	4. Crianças com peso desproporcional para a idade (% menores de 5 anos); 5. Pessoas subalimentadas (em % da população total).
OBJECTIVO 2: ALCANÇAR O ENSINO PRIMÁRIO UNIVERSAL	
Metas	Indicadores
Meta 3: Assegurar, até 2005, que as crianças em toda a parte, independentemente do sexo, conseguirão concluir o ensino primário.	6. Taxa de escolarização primária líquida; 7. Crianças que atingem o 5.º ano (%); 8. Taxa de alfabetização de jovens (% 15-24 anos).
OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E CAPACITAR AS MULHERES	
Metas	Indicadores
Meta 4: Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015.	9. Rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário, secundário e superior; 10. Rácio entre alfabetização masculina e feminina (15-24 anos); 11. Parcela feminina do trabalho assalariado não agrícola (%); 12. Lugares no parlamento ocupados por mulheres (em % do total).
OBJECTIVO 4: REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL	
Metas	Indicadores
Meta 5: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.	13. Taxa de mortalidade de menores de cinco anos; 14. Taxa de mortalidade infantil; 15. Crianças de 1 ano totalmente vacinadas contra o sarampo (%).
OBJECTIVO 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA	
Metas	Indicadores
Meta 6: Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.	16. Taxa de mortalidade materna; 17. Partos atendidos por técnicos de saúde (%).
OBJECTIVO 6: COMBATER O HIV/SIDA, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS	
Metas	Indicadores
Meta 7: Parar até 2015 e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA.	18. Prevalência de HIV em mulheres grávidas com 15-24 anos (%); 19. Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco;

	20. Crianças órfãs pelo HIV/SIDA.
Meta 8: Parar até 2015 e começar a inverter a incidência da malária e outras doenças principais.	21. Taxa de mortalidade relativa à malária; 22. Percentagem da população com acesso a medidas de prevenção e tratamento da malária; 23. Prevalência e taxa de mortalidade associada à tuberculose; 24. Casos de tuberculose detectados e tratados sob TODB.

OBJECTIVO 7: ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Metas	Indicadores
Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais.	25. Área terrestre coberta por floresta; 26. Rácio entre a área protegida e a superfície terrestre; 27. PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC por kg de equivalente petróleo); 28. Emissões de dióxido de carbono <i>per capita</i> (toneladas métricas); 29. Percentagem da população que utiliza combustíveis sólidos.
Meta 10: Reduzir para metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável.	30. População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, rural e urbana (%).
Meta 11: Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.	31. População urbana com acesso a saneamento melhorado (%); 32. Proporção de agregados familiares com acesso à terra (arrendada ou própria).

OBJECTIVO 8: DESENVOLVER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Metas	Indicadores*
Meta 12: Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Meta 13: Enfrentar as necessidades especiais dos países em desenvolvimento.	Ajuda Pública ao Desenvolvimento 33. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) líquida desembolsada (em % do RNB); 34. APD para os serviços sociais básicos (em % do total da APD); 35. APD bilateral não ligada (em % do total); 36. APD recebida pelos países interiores (em % do RNB); 37. APD recebida pelos pequenos estados insulares (em % RNB).
Meta 14: Enfrentar as necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento.	Acesso ao Mercado 38. Proporção do total das importações pelos países desenvolvidos (medidas em valor e excluindo o armamento), com origem nos países menos desenvolvidos ou nos países em desenvolvimento, que entraram sem tarifas; 39. Tarifas médias impostas pelos países desenvolvidos sobre importações (produtos agrícolas, têxteis e vestuário) com origem nos países em desenvolvimento (%); 40. Apoio dos países da OCDE à agricultura doméstica (em % do PIB); 41. APD fornecida para ajudar a construir a capacidade de comércio (%).

<p>Meta 15: Tratar os problemas da dívida dos países em desenvolvimento de forma compreensiva, através de medidas nacionais e internacionais.</p>	<p>Alívio da Dívida</p> <p>42. Número total de países que atingiram os pontos de decisão e conclusão no âmbito da iniciativa HIPC;</p> <p>43. Alívio da dívida comprometido na iniciativa HIPC;</p> <p>44. Serviço da dívida total (em % das exportações de bens e serviços).</p>
<p>Meta 16: Desenvolver e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens.</p> <p>Meta 17: Prover acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento.</p> <p>Meta 18: Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os da informação e comunicação.</p>	<p>Outros</p> <p>45. Desemprego de jovens, masculino, feminino e total (em % da população ativa com 15-24 anos);</p> <p>46. População com acesso sustentável a medicamentos essenciais a preços comportáveis (%);</p> <p>47. Assinantes de telefones por cabo e telemóveis (por 100 pessoas);</p> <p>48. Computadores pessoais em uso e utentes de Internet (por 100 pessoas).</p>

*Alguns dos indicadores listados serão monitorizados separadamente para os países menos desenvolvidos, África, países interiores e pequenos estados insulares em desenvolvimento.

Fonte: IPAD (2010) “Contribuição de Portugal para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Relatório 2009 - Anexo I: Lista dos Objectivos, Metas e Indicadores do Milénio” [recurso on-line] disponível em:
http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/ObjectivosDesenvolvimentoMilenio/Documents/RelatorioODM_final2009.p

Apêndice B: Lista do CAD – Tipo de Países Recetores dos Fluxos APD (2011 - 2013)

Lista do CAD - Tipo de Países Recetores dos Fluxos APD (2011 - 2013)

Países Menos Avançados (PMA)	Outros Países de Fracos Rendimentos (PFR) RNB/hab ≤ 1005 dólares (2010)	Países e Territórios de Rendimento Intermédio de Tranche Inferior (PRITI) RNB/hab entre 1006 e 3.975 dólares (2010)	Países e Territórios de Rendimento Intermédio de Tranche Superior (PRITS) RNB/hab entre 3.976 e 12.275 dólares (2010)
Afeganistão	Quénia	Arménia	Albânia
Angola	República Democrática da Coreia	Belize	Algéria
Bangladesh	República do Quirguistão	Bolívia	Anguilla (Território)
Benin	Norte do Sudão	Camarões	Antigua e Barbuda
Butan	Tadjiquistão	Cabo Verde	Argentina
Burkina Faso	Zimbabwe	Cisjordânia e Faixa de Gaza	Azerbaijão
Burundi		República do Congo	Bielorrússia
Camboja		Costa do Marfim	Bósnia e Herzegovina
República Centro-Africana		Egipto	Botswana
Chade		El Salvador	Brasil
Comores		Fiji	Chile
República Democrática do Congo		Geórgia	China
Djibuti		Gana	Colômbia
Guiné Equatorial		Guatemala	Ilhas Cook
Eritreia		Guiana	Costa Rica
Etiópia		Honduras	Cuba
Gâmbia		Índia	Dominica
Guiné		Indonésia	República Dominicana
Guiné Bissau		Iraque	Equador
Haiti		Kosovo ¹	República da Macedónia

Kiribati		Ilhas Marshall	Gabão
Laos		Estados Federados da Micronésia	Grenada
Lesoto		Moldávia	Irão
Libéria		Mongólia	Jamaica
Madagáscar		Marrocos	Jordânia
Malawi		Nicarágua	Cazaquistão
Mali		Nigéria	Líbano
Mauritânia		Paquistão	Líbia
Moçambique		Papua Nova Guiné	Malásia
Myanmar		Paraguai	Maldivas
Nepal		Filipinas	Mauritânia
Nigéria		Sri Lanka	México
Ruanda		Swazilândia	Montenegro
Samoa		Síria	Montserrat (Território)
São Tomé e Príncipe		Tokelau (Território)	Namíbia
Senegal		Tonga	Nauru
Serra Leoa		Turquemenistão	Niue
Ilhas Salomão		Ucrânia	Palau
Somália		Uzbequistão	Panamá
Sudão		Vietname	Perú
Tanzânia			Sérvia
Timor Leste			Seychelles
Togo			África do Sul
Tuvalu			St. Helena (Território)
Uganda			St. Kitts-Nevis
Vanuatu			St. Lúcia
Yémen			St. Vicente e Grenadines

Zâmbia			Suriname
			Tailândia
			Tunísia
			Turquia
			Uruguai
			Venezuela
			Wallis e Futuna (Território)

(1) Não implica qualquer posição jurídica da OCDE quanto ao estatuto do Kosovo.

Fonte: OCDE, Development Co-operation Directorate (DCD – DAC) (2012) “DAC List of ODA Recipients – Effective for reporting on 2011, 2012 and 2013 flows” [recurso on-line] disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/9/50/48858205.pdf>.

**Apêndice C: Inquérito SWOT – O Futuro do
Financiamento Climático**
(versões em Português e Inglês)

Inquérito SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*)

O compromisso internacional *Fast Start Finance* consiste num pacote de financiamento para implementação imediata de medidas de adaptação e mitigação nos países em vias de desenvolvimento e mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas. O *Fast Start Finance*, que se iniciou em 2010 e termina em 2012, surge devido á urgência de uma cooperação internacional prática em matéria de clima, como tal, podemos considera-lo como um impulso ao financiamento climático, que se estenderá para além de 2012. Para além de um compromisso, o *Fast Start Finance* é inovação, novidade, transparência, cooperação e uma lição para o futuro do financiamento climático.

Os quatro questionários (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), que se encontram abaixo, serão respondidos por peritos e serão utilizados para a análise SWOT deste relatório de estágio que tem como título: “*Fast Start Finance*: Um Compromisso Internacional para combate às Alterações Climáticas”. As respostas dadas servirão para identificar as principais implicações do acordo *Fast Start Finance* no futuro do financiamento climático.

As questões dos quatro questionários que compõem este inquérito centram-se no acordo *Fast Start* como parte integrante e impulsionadora do futuro do Financiamento Climático.

Por favor, dê a sua opinião assinalando com um “X” uma das opções abaixo indicadas tendo em conta que: **1 = Nenhuma Importância; 2 = Importância Razoável; 3 = Grande Importância; 4 = Abstenção.**

Questionário I - Forças do Financiamento Climático				
Vantagens do Acordo <i>Fast Start</i> na estruturação de formas inovadoras para o financiamento a médio-longo prazo	Grau de Importância			
1. A criação de novos mecanismos e instrumentos que facilitam o entendimento, a prestação de ajuda e o aumento do volume de financiamento climático.	1	2	3	4
2. A criação de mecanismos transparentes de monitorização, reporte e verificação dos fluxos de financiamento climático, que contribui para a criação de fortes laços de confiança entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.	1	2	3	4
3. A existência de uma "visão futura" que assegura não só as medidas a tomar no período 2010-2012 (<i>Fast Start Finance</i>) como também o potencial do aumento do financiamento a médio prazo (2020).	1	2	3	4

Questionário II - Fraquezas do Financiamento Climático

Desvantagens internas do Acordo <i>Fast Start Finance</i> para o futuro do Financiamento Climático	Grau de Importância			
1. A adoção do compromisso "Fast Start Finance" num momento em que os orçamentos nacionais para 2010 já se encontravam aprovados, o que poderá ter comprometido um início mais rápido na implementação de ações.	1	2	3	4
2. A falta de incentivo ao financiamento privado que leva à prevalência do financiamento proveniente do sector público.	1	2	3	4
3. A ausência de regras claras de reporte e verificação tanto da parte dos doadores como da parte dos receptores do financiamento.	1	2	3	4
4. Um progresso mais lento que o expectável ao nível da definição do enquadramento internacional das ações de mitigação e adaptação (Copenhaga-Cancun-Durban).	1	2	3	4

Questionário III - Oportunidades para um futuro Financiamento Climático viável

Aspetos positivos que demonstram a viabilidade do <i>Fast Start Finance</i> enquanto parte integrante do futuro do Financiamento Climático	Grau de Importância			
1. O reforço da capacitação dos Países em Desenvolvimento	1	2	3	4
2. O compromisso por parte da generalidade dos países em desenvolvimento em implementar políticas de mitigação e adaptação enquadradas no desenvolvimento de estratégias de baixo carbono.	1	2	3	4
3. A adoção do objetivo de manter o aumento da temperatura média global abaixo dos 2°C, definindo trajetórias da evolução baixo carbono a nível global, regional e local.	1	2	3	4

Questionário IV - Ameaças ao futuro do Financiamento Climático

Aspetos negativos capazes de comprometer o futuro do Financiamento Climático	Grau de Importância			
1. As dificuldades orçamentais dos países desenvolvidos e a redução do apoio financeiro a países em desenvolvimento como consequências da Crise Económica Global	1	2	3	4
2. A falta de instituições globais que se adequem aos atuais desafios globais associada às divergências de interesses, normas e valores dos atores da cooperação internacional	1	2	3	4

Entidade onde exerce funções:

Cargo Ocupado:

Fonte: Andreia Varanda

Obrigado pela sua colaboração!

XXX

SWOT SURVEY

(Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats)

The international commitment “Fast Start Finance” is a financing package to support immediate action on climate change, including adaptation and mitigation measures, in developing countries and most vulnerable to the impacts of climate change. The “Fast Start Finance”, which began in 2010 and will end in 2012, was created due to the urgency of a practical international cooperation on climate, as such, we can consider it as a boost to climate financing, which will extend beyond 2012. In addition to a commitment, “Fast Start Finance” is innovation, cooperation, transparency and will provide lessons for the future of climate financing.

The four questionnaires (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats), which are below, will be answered by experts and will be used for the SWOT analysis of this internship report which is entitled: “Fast Start Finance: An International Commitment to combat Climate Change”. The answers given will serve to identify the main implications of the agreement Fast Start Finance in the future of climate financing.

The questions of the four questionnaires focus on the Fast Star agreement as an integral and stimulating part of the future of climate finance.

Please give your opinion by placing an “X” on one of the options bellow taking into account that: **1 = No Importance; 2 = Fair Importance; 3 = Great Importance; 4 = Abstain.**

Questionnaire I - Strengths of Climate Financing				
Benefits of “Fast Start” in the creation of innovative forms to finance over the medium-long term	Degree of Importance			
1. The creation of new mechanisms and instruments that facilitate the understanding, the provision of aid and the increase in the volume of financing.	1	2	3	4
2. The creation of transparent mechanisms for monitoring, reporting and verification of climate financing flows, which contributes to the creation of strong bonds of trust between developed and developing countries.	1	2	3	4
3. The existence of a “future vision” that ensures not only the measures to be taken in the period 2010-2012 but also enhances the potential of increasing financing flows in the medium term (2020).	1	2	3	4

Questionnaire II – Weaknesses of Climate Financing

Internal disadvantages of “Fast Start” to the future of Climate Finance	Degree of Importance			
1. The adoption of the compromise “Fast Start Finance” at a time when national budgets for 2010 were already approved may have compromised a faster onset in the implementation of the actions.	1	2	3	4
2. The lack of incentive to the private sector leading to the prevalence of public flows.	1	2	3	4
3. Absence of clear rules for reporting and verification actions from donors and recipients of funding.	1	2	3	4
4. Slower progress in defining the framework of international action on mitigation and adaptation (Copenhagen - Cancun - Durban).	1	2	3	4

Questionnaire III – Opportunities for a viable Climate Financing Future

Positive aspects that demonstrate the viability of “Fast Start Finance” as part of the future of Climate Financing	Degree of Importance			
1. Strengthening the capacity building of developing countries.	1	2	3	4
2. Developing countries commitment to implement mitigation and adaptation policies framed in the low-carbon development strategies.	1	2	3	4
3. Adoption of the goal of keeping global average temperature below 2°C, defining trajectories of low carbon developments at global, regional and local levels.	1	2	3	4

Questionnaire IV – Threats to the Future of Climate Financing

Negative aspects that could compromise the future of Climate Financing	Degree of Importance			
1. The budgetary constraints of the developed countries and the reduction of financial support to developing countries as a consequence of the global economic crisis.	1	2	3	4
2. The lack of global institutions that are appropriate to the current global challenges associated with divergent interests, values and norms of the international cooperation actors.	1	2	3	4

Entity where you exert functions:

Your Post:

Your Country:

Thank You!

XXXII